
Oliveira & Irmão

Relatório e Contas

2010



Índice

I.	Mensagem do Presidente.....	2
II.	Relatório do Conselho de Administração	3
1.	Meio económico envolvente e desempenho da empresa.....	3
2.	Evolução da actividade empresarial	5
3.	Estratégia e Evolução Futura	8
4.	Função financeira	10
5.	Custos e margens de comercialização	11
6.	Investimentos	11
7.	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	12
8.	Colaboradores	13
9.	Análise da situação económica e financeira	14
10.	Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	14
11.	Proposta de aplicação de resultados	15
12.	Proposta de comparticipação nos lucros ao Conselho de Administração	15
13.	Proposta de Aumento do Capital Social por Incorporação de Reservas.....	16
14.	Política de Dividendos	16
15.	Sector Público Estatal.....	16
16.	Agradecimentos	16
III.	Demonstrações Financeiras Individuais	19
IV.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais	47
V.	Certificação Legal de Contas – Contas Individuais	48
VI.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	50
VII.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	79
VIII.	Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	80

Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2010, o Relatório de Gestão da sociedade Oliveira & Irmão, S.A., com sede na Variante da Cidade, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa colectiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 2.500.000 euros, a que correspondem 500.000 acções, no valor nominal de 5 euros cada.

I. Mensagem do Presidente

Vivemos tempos difíceis!

Julgávamos que a crise financeira iniciada em 2008 estava ultrapassada, mas parece que continua: vai mudando de nome e de epicentro, mas continua a condicionar a economia mundial.

Certamente as causas e a dimensão desta crise serão bem mais profundas, filosóficas e estruturais do que admitíamos, e poderemos ter ainda pela frente a necessidade de fazer face a ajustamentos e redefinições nalguns conceitos sócio económicos que não estariam nas previsões iniciais e que não serão fáceis de gerir e digerir. As transformações em curso podem ser profundas e demoradas (porventura dolorosas!).

As consequências da "revolução neoliberal" iniciada na década de 80 começam agora a chegar, de forma irreversível, a todo o mundo ocidental, com a política completamente subalternizada ao mundo financeiro e "deficit" de ideologia, quiçá, mais preocupante que o das contas dos estados!

Por cá, depois da anterior visita do FMI, há quase 30 anos, assistimos a uma sequência de erros estratégicos que ninguém quer assumir. Agora, eis a gota de água que fez transbordar o copo e... Pouco há a dizer, já que parece que, no passado recente, todos falaram demais e/ou fora de tempo!

Estamos, parece, a viver um filme de mau gosto, em que se perdeu o guião e em que se mistura a má qualidade de realizadores, actores e argumentistas na pior combinação possível, demasiado ao estilo da lei de Murphy. Demasiado mau para ser verdade! Que ao menos se faça, por atacado e de forma irreversível, o trabalho que sempre vem sendo adiado.

A nós, na empresa, resta-nos continuar o nosso trabalho, com o máximo empenho, cuidados e dedicação, esperando que nem tudo acabe por ser tão mau quanto, inacreditavelmente, parece que alguns desejam!

II. Relatório do Conselho de Administração

1. Meio económico envolvente e desempenho da empresa

a) Análise de 2010

O ano de 2010 começou com sinais de recuperação da economia na Europa e nas principais zonas geográficas em que actuamos. Aparentemente o ponto de inflexão da crise estaria algures em 2009 e o ano de 2010 parecia começar com este ar de retoma e com indícios que nos levariam a pensar que o pior da crise internacional já teria passado.

Até ao Verão a actividade económica viveu em crescimento, mas a partir de Setembro, sobretudo na Europa, entrámos de novo num período de nervosismo, aumento de incertezas e da volatilidade nos mercados que para nós se reflectiu em diminuição e irregularidade das encomendas. Parecia que, afinal, a crise (internacional) poderia não ter passado ou, pelo menos, que a recuperação poderia não ser tão decidida ou, quiçá, definitiva!

Quanto a Portugal, o ambiente económico e financeiro (e mesmo político) continuava “incharacterístico” e com sinais de contínua degradação da actividade na indústria da construção e da saúde financeira das empresas do sector.

Mercado Interno

Na economia nacional continuou a tendência do ano anterior, com a economia a abrandar e a actividade económica relacionada com a construção em claro abrandamento. Esta tendência agravou-se com a crise de confiança dos agentes económicos e com o agravamento da crise orçamental e da dívida soberana.

Mercado Externo

Em face do comportamento das economias da maioria dos nossos mercados de exportação, e do bom desempenho de alguns dos nossos clientes, mantivemos, até ao Verão, níveis de actividade (e facturação) regularmente acima dos períodos homólogos do ano anterior. Com a Europa (ocidental) a indiciar um leve abrandamento a partir do Verão os valores mensais de facturação abrandaram no último quadrimestre. Os mercados no Norte de África, bem como os de Leste, mantiveram um bom desempenho ao longo de todo o ano.

b) Conclusão e resumo dos principais dados económicos do exercício

A conjuntura acima descrita influenciou, naturalmente, o desempenho da empresa. As vendas globais cresceram 14%.

Analisando a evolução das vendas e dividindo entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno crescimento de 10%. Parte desta subida foi alimentada pelo início da venda de apartamentos pertencentes ao empreendimento imobiliário que construímos e temos estado a promover no centro de Aveiro. Se descontarmos o efeito da venda de apartamentos, as vendas do mercado interno apresentam um decréscimo de 4% face ao ano anterior.
- Mercado externo crescimento de 17%.

Por actividades as vendas totais, no valor de 45 807 205 euros, dividiram-se da seguinte maneira:

Prod./Merc.	Interno	Externo	Total
Produtos	8 090 414	30 209 736	38 300 149
Mercadorias	4 892 837	801 719	5 694 556
Apartamentos	1 812 500		1 812 500
Total	14 795 750	31 011 455	45 807 205

A actividade relacionada com produtos industriais representou 84% das vendas e a actividade relacionada com a venda de mercadorias 12%. Os restantes 4% dizem respeito a vendas de apartamentos. Por mercados a divisão é de 32% referente ao mercado interno (fora 34% em 2009), ao passo que 68% são vendas para o mercado externo (fora 66% em 2009).

Em termos de rentabilidade, tivemos um crescimento substancial, com um resultado líquido anual de 2.158.257 euros. Para este resultado contribuíram os seguintes factores:

- O aumento do volume de negócios
- A margem bruta melhorou pelo efeito da descida de preço de algumas matérias-primas na primeira metade do ano (este fenómeno inverteu-se de maneira grave e preocupante a partir de Outubro). Todavia, dado que a venda de apartamentos apresenta uma margem reduzida, contabilisticamente a margem bruta manteve-se nos 48%.
- Resultado de trabalhos realizados com o objectivo de diminuir o custo de alguns produtos;
- Continuação do trabalho de reorganização dos processos internos, com particular incidência no processo produtivo
- As medidas de racionalidade económica e até de alguma austeridade permitiram em algumas áreas reduzir custos, potenciando desta forma o resultado obtido.

c) Perspectivas da evolução para 2011

Mercado Interno

As nossas expectativas para a evolução da economia nacional em 2011 não podem ser animadoras. A actividade da construção mantém-se a níveis muito baixos e o mercado de reabilitação não arranca. Se tivermos ainda em conta os problemas políticos e a crise da dívida soberana, que perturbarão fortemente o ambiente económico em 2011, não podemos estar optimistas. Antes: estamos apreensivos!

Pre vemos assim uma degradação da actividade económica a nível nacional em 2011 sendo ainda de referir a percepção de que aos problemas de actividade económica somar-se-ão problemas de liquidez (que já se notaram no final do exercício de 2010).

Por todas estas razões estamos convictos que as vendas diminuirão em 2011 face aos valores de 2010. É, porém, difícil fazer uma previsão desta diminuição de vendas, mas achamos que pode, facilmente, situar-se na ordem dos 10%, ou mesmo mais.

Mercado Externo

No que toca à exportação, achamos que poderá haver um ligeiro acréscimo, mas a incerteza dos mercados financeiros e as perturbações de vária ordem podem frustrar estas nossas expectativas. Em condições de normalidade dos mercados e da economia internacional (mesmo se começa a ser difícil saber a que chamar "normalidade") achamos que as vendas na exportação podem crescer, mas esse crescimento deverá ficar abaixo dos 10%.

Continuamos a implementar transformações e melhorias nos vários processos de molde a melhorar a competitividade da empresa e a consolidar as nossas posições nos vários mercados e nos maiores clientes, procurando melhorar continuamente os produtos e a qualidade dos produtos e do serviço.

2. Evolução da actividade empresarial

a) Análise do exercício de 2010

Este ano apresentamos a desagregação das vendas e actividades da empresa de um modo ligeiramente diferente do que vínhamos fazendo nos anos anteriores, procurando que esta explanação esteja mais próxima da organização interna dos processos. De facto, basicamente, a actividade da empresa está dividida em duas unidades de negócio autónomas e complementares.

Uma, dirigida para o mercado nacional e Palop's que vende nestes mercados as mercadorias que importamos e os produtos da fábrica (excluindo as vendas às cerâmicas nacionais).

Outra, direccionada para a exportação dos produtos da fábrica (e que segue também a venda de autoclismos e componentes às cerâmicas portuguesas).

Distribuição nacional e Palop's

As vendas deste processo (que como referido, incluem as vendas em Portugal e Palop's das mercadorias que compramos e dos produtos fabricados) apresentaram, em 2010, um decréscimo de 4% relativamente a 2009.

As vendas das principais famílias (mobiliário de banho e produtos fabricados), que representam 67% do total desta unidade de negócio, cresceram 8%, sendo a diminuição nas restantes e mais "pequenas famílias". Admitindo que o mercado em si não cresceu, podemos concluir que teremos ganho quota de mercado nessas famílias (mobiliário de banho, autoclismos exteriores e interiores e ainda componentes para o mercado de reparação de autoclismos cerâmicos), ao mesmo tempo que podemos concluir que o peso destas famílias na actividade desta parte da empresa ganha importância acrescida.

Nos Palop's a evolução das vendas foi em diminuição, principalmente devido aos problemas de cobranças com que nos deparamos nestes mercados. O valor total das vendas nos Palop's representa 5% do total das vendas deste ramo de negócio 1% do total das vendas da empresa.

Exportação (e vendas a cerâmicas nacionais)

As vendas desta unidade de negócio, responsável pelas vendas no mercado externo (e nas cerâmicas nacionais) de produtos fabricados, cresceram 16% acabando por se verificar um desempenho melhor que o que prevíamos no início do ano (prevíamos um crescimento na ordem dos 10%) No final do primeiro semestre estávamos com um crescimento homólogo superior a 25%, mas que depois diminuiu ao longo do segundo semestre.

Mercado Interno (vendas às empresas de cerâmica sanitária)

Razões de vária ordem (vicissitudes várias do mercado interno) levaram a que estas vendas caíssem de modo significativo (13%)

Mercado externo

As vendas de produtos industriais para o mercado externo apresentaram um crescimento de 18%. Em termos geográficos, este crescimento foi mais ou menos generalizado, sendo porém de referir o bom desempenho relativo verificado no Norte de África e Médio Oriente.

Analisando por famílias, podemos referir que as vendas de autoclismos exteriores cresceram cerca de 5%, as vendas de autoclismos interiores, com e sem estrutura, apresentaram um crescimento ligeiramente acima de 30% e as vendas de componentes para autoclismos tiveram um crescimento de 19%.

Em termos de margem, devido à baixa de preços das matérias-primas, tivemos uma melhoria interessante no início do ano. No último quadrimestre esta tendência inverteu-se de maneira decisiva e a margem começou a degradar-se progressivamente.

d) Perspectivas da actividade empresarial para 2011

Actividade Comercial (Mercado Nacional e Palop's)

Mercado Nacional

A evolução económica do País no ano passado e a degradação do ambiente económico e político verificada no início deste ano fazem-nos pensar que assistiremos a uma diminuição das vendas da actividade comercial, seja pela evolução quantitativa do mercado (menos obras e menos consumo), seja pela evolução qualitativa (degradação da situação económica dos agentes económicos do sector).

Naturalmente vamos procurar minimizar estes efeitos do mercado, tentando manter o volume de vendas o mais próximo possível do valor de 2010, sem aumentar o risco na área das cobranças.

Palop's

As vendas para os Palop's não deverão crescer em 2011 relativamente a 2010, podendo mesmo diminuir no caso de se manterem as dificuldades de recebimentos (que se agravaram no exercício findo). De referir que impusemos um maior rigor na gestão de crédito nestes mercados, medidas essas que podendo traduzir-se numa diminuição (circunstancial, esperamos) de volume de negócios, terá consequências positivas em termos de diminuição de risco e prazo médio de recebimentos.

Actividade Industrial

Mercado Interno

- Autoclismos

Dada a esperada evolução económica em Portugal, não é de esperar um aumento de venda de autoclismos no mercado interno, mesmo se acreditamos que, na subfamília de autoclismos interiores possamos melhorar a nossa quota de mercado.

- Componentes para autoclismos

As vendas de componentes para autoclismos às indústrias de cerâmica sanitária não deverão crescer. Já no que se refere às vendas para o mercado de reposição acreditamos que cresçam ligeiramente.

Mercado Externo

- Autoclismos

As vendas de autoclismos exteriores deverão estabilizar (a acrescida concorrência de produtos de baixo preço com origem nos países de leste, torna difícil o nosso crescimento).

As vendas de autoclismos interiores devem aumentar, mas não ao ritmo do último ano.

Continuamos a privilegiar parcerias com clientes industriais, tendo em curso novos desenvolvimentos que deverão traduzir-se em novas vendas ainda este ano, mas que só no próximo ano terão dimensão interessante.

- Componentes para autoclismos

Achamos que a venda de componentes deverá estabilizar este ano.

3. Estratégia e Evolução Futura

No exercício findo continuámos o nosso labor de melhoria de processos, na procura de simplificação e standardização, com o objectivo de melhorarmos a eficiência e aumentarmos a flexibilidade ao mesmo tempo que procuramos diminuir custos.

Continuámos focados principalmente no "chão de fábrica", mas no exercício em curso, sem diminuir a atenção no chão de fábrica (onde continuaremos a investir em melhorias), direccionaremos este esforço também a outros processos.

Procuraremos aplicar a filosofia Kaizen ao processo de "IDI" (com ajuda de consultores externos) de modo a procurarmos melhorar a qualidade e prazo de desenvolvimento de novos produtos.

Procuraremos ainda que estes princípios "contagiem" toda a organização, com particular incidência nos processos administrativos e de suporte.

Em termos de desenvolvimento de produtos, continuamos a procurar aumentar a componente inovação (de que falaremos mais adiante), a par da intensificação da procura de parcerias com clientes de modo a, por um lado, diminuir o risco de interpretação das necessidades do mercado, e por outro lado, encurtar o mais possível o tempo de retorno do investimento em novos desenvolvimentos.

Actividade Comercial

Dadas as transformações em curso no mercado, estamos a fazer uma profunda análise do modelo de negócio e portfólio de produtos. É possível que, depois de profunda análise, decidamos reformular o portfólio de produtos. Também o nosso posicionamento no mercado de alguns produtos e a segmentação de mercados e clientes será objecto de análise.

Naturalmente o objectivo será sempre o de melhorar a competitividade e rentabilidade da empresa, ao mesmo tempo que procuramos melhorar o serviço e a identificação das necessidades dos nossos clientes.

Actividade Industrial

Além das actividades em implementação acima referidas, devemos ainda referir a intenção de reformular algumas actividades ou subprocessos.

Os resultados conseguidos encorajam-nos a prosseguir (ou mesmo acelerar) este trabalho. A empresa está significativamente melhor, havendo porém, ainda um longo caminho a percorrer para chegarmos a patamares de desempenho organizacional e de rentabilidade compatíveis com os objectivos que nos colocámos.

Daremos particular atenção ao funcionamento da logística (interna e externa), à reorganização do lay out produtivo, ao planeamento industrial e ainda à qualidade industrial que poderá evoluir no sentido de adoptarmos algumas das melhores práticas da indústria automóvel.

Iniciaremos ainda a implementação dum moderno sistema de detecção e combate a incêndios de modo a satisfazer algumas exigências legais, mas sobretudo para melhorar as condições de segurança e garantia de estabilidade de fornecimentos aos nossos clientes e parceiros industriais. Uma vez que se trata de um investimento pesado, dividiremos esta acção por três exercícios.

Em termos de capacidade produtiva aumentaremos, na primeira metade do ano, a capacidade produtiva de autoclismos interiores.

Em termos de recursos humanos, julgamos que a empresa está dimensionada para o nível de actividade que contamos ter em 2011. Estamos porém a encetar um esforço de flexibilização dos recursos humanos em termos produtivos, para assim mais facilmente fazermos frente, sem esforço e sobrecustos, aos desequilíbrios de mercado que, cada vez mais, se fazem notar!

Em termos de estratégia comercial (venda) e proximidade dos mercados estamos a avaliar a oportunidade de melhorar algumas das nossas práticas, de modo a conseguirmos melhor seguir a

evolução dos mercados e necessidades dos clientes, para além de estarmos a avaliar a oportunidade de algumas alterações logísticas para melhorar o serviço e disponibilidade dos nossos produtos em alguns mercados mais longínquos, onde somos actualmente penalizados em termos de quota de mercado devido a dificuldades logísticas.

4. Função financeira

Em 2010 mantivemos a determinação de desalavancagem do passivo bancário da empresa conseguindo uma redução significativa do mesmo. Para tal contribuiu não só o cash-flow que a empresa foi capaz de gerar e libertar, mas também pelo volume de investimento que esteve condicionado ao bom desempenho desta variável. Complementarmente, a venda de apartamentos do empreendimento imobiliário, permitiu também um encaixe financeiro destinado exclusivamente à redução do endividamento.

Os gastos de financiamento podem não traduzir este esforço de redução do endividamento devido a duas questões:

- a) O sistema bancário tem estado a repercutir nas empresas portuguesas um maior risco inerente às operações de crédito pela via do aumento de risco da dívida soberana da República Portuguesa e pela via das dificuldades crescentes em ter acesso a financiamento nos mercados internacionais com as respectivas implicações na crescente falta de liquidez;
- b) A empresa tem ainda em vigor um conjunto de contratos de cobertura de taxa de juro, cujo valor nominal ultrapassa o valor dos empréstimos em vigor, pelo que gastos de financiamento são influenciados por este valor nominal. Se o indexante subjacente às nossas operações de crédito permanecer em ascensão como até agora, podemos ter um efeito "perverso" positivo na evolução dos gastos de financiamento da empresa.

Pelo facto de termos definido o endividamento bancário como uma variável central do desempenho da organização, temos conseguido libertar os meios necessários para reduzir o seu valor e tornar a estrutura financeira da empresa mais resistente e resiliente a choques externos que possam advir por esta via.

Não somos da opinião que a função financeira se deva sobrepor à estratégia da empresa, mas nos tempos que vivemos e com os ajustamentos que tínhamos de fazer optamos por fazer prevalecer esta variável em detrimento de outras, sem todavia pôr em causa o desenvolvimento do negócio a longo prazo, continuando a investir e a gerar novos produtos fruto do trabalho de investigação e desenvolvimento que realizamos em conjunto e em prol dos nossos clientes.

Ainda de referir uma operação de revalorização dos imóveis da empresa, operação esta que teve por objectivo fazer reflectir contabilisticamente um valor mais próximo da realidade. Realizada em Abril de 2010, por uma empresa independente e certificada pela CMVM, esta operação teve na Oliveira & Irmão impacto na sua estrutura de capitais com um reforço dos capitais próprios.

5. Custos e margens de comercialização

O trabalho de reestruturação iniciado em finais de 2008 e continuado em 2009 permitiu em 2010 obter importantes benefícios. O aumento de vendas de 2010 foi conseguido com uma menor incidência dos custos, o que apesar da descida da margem bruta, permitiu melhorar a rentabilidade líquida nas suas várias componentes e indicadores.

A descida da margem bruta em 2010 é explicada essencialmente por 2 factores: por um lado assistimos a partir de meados do ano a um aumento contínuo da matérias-primas que não conseguimos repercutir no preço de venda à mesma velocidade com que estas subiam; por outro lado, nas vendas da empresa estão incluídas vendas de apartamentos cuja margem de comercialização tem sido bastante reduzida o que tem impacto na margem bruta total da empresa.

O facto de termos sido capazes de fazer mais com custos inferiores permitiu absorver o impacto negativo da descida das margens e melhorado a rentabilidade e os meios libertos para níveis nunca antes atingidos.

Continuaremos em 2011 atentos à evolução de todos os custos e a continuar a desenvolver as várias iniciativas que têm permitido melhorar a nossa produtividade e eficiência. A aposta na filosofia KAIZEN continuará a ser estratégica para a empresa e será aplicada a todas as áreas da empresa como seja, a Investigação e Desenvolvimento e a área da Manutenção Industrial, depois dos bons resultados que temos vindo a obter a nível produtivo e administrativo.

6. Investimentos

Tal como aconteceu no ano anterior, em 2010 realizamos os investimentos essenciais ao desenvolvimento e ao garantir da sustentabilidade do negócio assentes em dois pilares estratégicos:

- a) Garantir o desenvolvimento de novos produtos e a melhoria de produtos existentes;

- b) Garantir uma capacidade produtiva de acordo com os projectos em curso e as necessidades dos nossos clientes.

7. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

No momento actual, com grande instabilidade económica e acrescida competitividade, o mercado é cada vez mais adverso. Temos de reflectir sobre as realidades de hoje e encontrar soluções para que a empresa e o nosso negócio possam evoluir de forma sustentada e com rentabilidade e solidez crescentes.

Estamos convictos que a Inovação tem um papel determinante nesta evolução. A capacidade da empresa gerir bem a Inovação é determinante no sucesso da nossa estratégia e no seu grau de competitividade. Tendo como foco esse objectivo, e como consequência do trabalho já iniciado em 2009, foi alcançada em Abril de 2010 a certificação do SGIDI (Sistema de Gestão, Investigação, Desenvolvimento e Inovação) segundo a norma NP4457.

A implementação do SGIDI conduziu ao fortalecimento da nossa cultura de Inovação, a uma maior sistematização das metodologias e a um aumento na dinamização da criatividade, nomeadamente, implementando um processo de gestão de ideias em que todos os colaboradores da empresa podem dar o seu contributo.

A Oliveira & Irmão é uma empresa com um número de registos de propriedade intelectual elevado, sendo de referir que no final de 2010 estavam registadas (e activas) em seu nome 28 patentes, 6 registos de modelo (design) e 1 modelo de utilidade. Em 2010 procedeu-se à sistematização da gestão da propriedade intelectual de forma a rentabilizar esse investimento. No decorrer do ano de 2010 foram registadas 3 novas patentes.

Intensificaram-se as parcerias com os Clientes e Fornecedores, sendo estas cada vez mais cruciais para o desenvolvimento de novos projectos, pois ao aliarmos as valias de todos os intervenientes conseguimos chegar a soluções mais inovadoras.

Tendo sempre como objectivo a melhoria e a excelência nos processos, iniciou-se em 2010 a implementação do Kaizen no departamento de concepção.

Como o mercado nos exige que sejamos cada vez mais rápidos, mais baratos e melhores, é necessário fortalecer não só a nossa cultura de Inovação, mas também fortalecer a capacidade

de gerir bem o SGIDI de modo a conseguir transformá-lo numa ferramenta de gestão que potencie o nosso desenvolvimento económico.

8. Colaboradores

No final de 2010 o número de colaboradores ao serviço era de 340, tendo-se verificado um aumento de 4,6% relativamente à mesma data do ano anterior. Durante o 1º semestre de 2010 registou-se um ligeiro aumento no número de colaboradores, tendo este aumento sido consolidado no 2º semestre. Este aumento justificou-se com a necessidade de ajustar a capacidade produtiva com as necessidades do mercado. Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 332.

O quadro que se segue apresenta dados comparativos dos anos de 2010, 2009 e 2008.

	EUR		
Recursos humanos	2010	2009	2008
Número de trabalhadores no final do período	340	325	334
Sexo masculino	152	145	143
Sexo feminino	188	180	191
Número médio trabalhadores ao longo do período	330	322	351
Idade média dos trabalhadores	37,9	37,9	37,3
Antiguidade média dos trabalhadores	11	10	10
Horas de formação totais	13.832	12.632	13.545
Média de horas de formação por trabalhador	41,9	39,2	38,6
Gastos com o pessoal	8.326.525	7.381.954	8.313.711
Gastos médios por trabalhador	25.232	22.925	23.686
Taxa geral de absentismo	4,4	4,4	4,6
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Aceitável	Aceitável	Aceitável
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Aceitável	Bom	Bom

Em 2010 continuámos com o projecto de fisioterapia. O objectivo deste projecto prende-se com a necessidade de melhorar continuamente as condições de trabalho, apostando na prevenção das lesões músculo-esqueléticas e evitando as doenças profissionais.

Em 2011 vamos desenvolver outras actividades de dinamização da área de segurança e saúde no trabalho, nomeadamente como a apresentação e demonstração de ginástica laboral e com o início de um estudo ergonómico em colaboração com um médico do trabalho.

Durante o ano de 2010 mantivemos a aposta no desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, nomeadamente ao nível dos produtos que produzimos e no ERP utilizado. Pretendemos que a formação permita proporcionar resposta mais adequada ao desempenho diário e que represente, igualmente, uma mais-valia para os colaboradores e empresa.

Em 2011 vamos avaliar a hipóteses de implementar informaticamente um portal do empregado que irá permitir a simplificação de alguns procedimentos administrativos dos Recursos Humanos e um acesso imediato de cada colaborador ao seu registo individual.

9. Análise da situação económica e financeira

A situação económica e financeira da empresa sai fortalecida com o desempenho de 2010. O aumento das vendas de 14% face ao ano anterior, o aumento da margem bruta em 2% e a descida de custos de 3% permitiu um aumento de 24% do EBITDA e de 33% do Cash-Flow.

Fruto de um conjunto de acções desencadeadas para obter uma maior racionalidade económica na afectação dos recursos existentes, mas também fruto das iniciativas de aumento da eficácia e da eficiência de todos os processos, a empresa apresenta um resultado líquido de 2.158.257 euros.

Os meios libertos pela actividade da empresa em conjunto com uma gestão do fundo de maneiio mais eficiente permitiram melhorar o equilíbrio financeiro da empresa e obter uma estrutura de capitais mais sólida.

Muito trabalho há ainda por fazer para otimizar a estrutura de capitais e há que salvaguardar a sustentabilidade daquilo que já foi conseguido. Continuaremos em 2011 atentos não só ao contexto externo mas também ao desempenho interno por forma a garantir que os resultados obtidos até agora são replicáveis.

10. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No final de 2010 a Oliveira & Irmão, SA decidiu subscrever um aumento de capital da empresa Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA. A motivação principal desta decisão foi a possibilidade de alargar a oferta de materiais para a construção associada à possibilidade de uma melhor cobertura de mercado na zona de influência da Nuno & Gradeço e, de algum modo, testar uma diferente segmentação de mercado.

Neste aumento de capital, que os anteriores accionistas da Nuno & Gradeço não acompanharam, a Oliveira & Irmão subscreveu 297.200 acções de valor nominal unitário de 5 euros, passando a deter 99% do capital daquela sociedade.

Em Fevereiro de 2011 foi interposta, por um accionista da Nuno & Gradeço, uma Providência Cautelar que visa anular as decisões da Assembleia Geral da Nuno & Gradeço que deliberou, entre outros, o referido aumento de capital.

Como à data da elaboração deste relatório ainda não é conhecido o desfecho da referida Providência Cautelar, mas tendo em conta que, de momento, esta PC tem um efeito suspensivo sobre as deliberações daquela AG, as contas da Oliveira & Irmão relativas a 2010 não reflectem ainda esta participação financeira na Nuno & Gradeço.

11. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de 2.158.257,47 euros tenha a seguinte distribuição:

a) Para Reserva legal:	1.000.000,00 Euros
b) Para Reserva livre:	655.533,37 Euros
c) Para Cobertura de Resultado Transitados:	54.057,26 Euros
d) Para Lucros não atribuídos:	448.666,84 Euros

12. Proposta de comparticipação nos lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2010 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de comparticipação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de 170.959,06 euros. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflecte esta proposta.

13. Proposta de Aumento do Capital Social por Incorporação de Reservas

Dada a evolução favorável da empresa nos últimos anos e para melhorar o equilíbrio e a sua estrutura de capitais dotando-a de maior robustez e dando um sinal claro a todos os stakeholders da importância que damos à sustentabilidade do negócio, propomos que seja feito um aumento de capital por incorporação de reservas dos actuais 2.500.000 euros para 10.000.000 euros. Para o efeito serão emitidas 1.500.000 novas acções escriturais de valor nominal de 5 euros cada, a distribuir em partes iguais pelos 2 actuais accionistas.

A proposta de reservas a incorporar é a seguinte:

- | | |
|---|--------------------|
| a) de Reserva livres: | 6.806.466,29 Euros |
| b) de Excedentes de revalorização realizados: | 693.533,71 Euros |

14. Política de Dividendos

Como vem sendo hábito nos últimos anos e como forma de contribuir para a redução do endividamento bancário e a necessidade de reforçar os capitais da empresa, entende a administração não ser oportuna a distribuição de dividendos.

15. Sector Público Estatal

De acordo com o decreto-lei nº 411/91, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2010, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

16. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos agradecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram.

Às instituições financeiras queremos agradecer o apoio dispensado e a confiança que continuam a demonstrar.

Queremos ainda agradecer aos restantes Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

A todos o nosso reconhecido agradecimento.

Aveiro, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Maria Pereira de Moura

Silvestro Niboli

Pier Andreino Niboli

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do C.S.C., declaramos os accionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Accionista	31.12.2010
Valsir, Spa.	50%
Oliveira & Irmão SPGS, Lda.	50%

III. Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço individual em 31.12.2010 e 31.12.2009

EUR

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2010	31.12.2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	22.798.643	15.870.828
Activos intangíveis	6	198.501	237.295
Participações financeiras - Mét. equivalência patrimonial	5	5.112.545	4.663.878
Participações financeiras - Outros métodos		25.000	10.000
Outros activos financeiros	5	6.857.400	1.858.100
		34.992.088	22.640.102
Activo corrente			
Inventários	9;11	7.738.161	10.975.452
Clientes	10;17	8.767.800	12.414.200
Estado e outros entes públicos			190.893
Outras contas a receber	17	1.938.106	529.223
Diferimentos		126.261	268.076
Activos financeiros detidos para negociação	4	15.000	5.000
Caixa e depósitos bancários	4	573.395	327.971
		19.158.722	24.710.815
Total do Activo		54.150.811	47.350.917
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		2.500.000	2.500.000
Reservas legais		1.000.000	558.449
Outras reservas		7.424.984	7.111.570
Resultados transitados		-54.057	-54.057
Ajustamentos em activos financeiros		2.865.569	2.627.081
Excedentes de revalorização	7	8.320.596	703.374
Outras variações no capital próprio	14	208.272	252.987
Resultado líquido do período		2.158.257	993.453
Total do Capital Próprio		24.423.621	14.692.857
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	20	60.000	
Financiamentos obtidos	8;9	9.119.835	14.814.633
Passivos por impostos diferidos		846.626	22.911
		10.026.460	14.837.544
Passivo corrente			
Fornecedores	17	7.548.709	8.999.581
Estado e outros entes públicos		240.116	
Financiamentos obtidos	8;9	8.916.379	6.024.639
Outras contas a pagar	17	2.614.111	1.899.197
Diferimentos		381.414	897.100
		19.700.730	17.820.516
Total do Passivo		29.727.190	32.658.060
Total do Capital Próprio e do Passivo		54.150.811	47.350.917

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

 Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal
 Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

19

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2010 e 31.12.2009

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	12	45.815.422	40.018.684
Subsídios à exploração			115.451
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias e associadas		448.667	238.488
Variação nos inventários da produção	11	-1.492.857	1.416.824
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-22.952.069	-20.497.111
Fornecimentos e serviços externos	18	-6.520.216	-8.512.399
Gastos com pessoal	5;19	-8.326.525	-7.381.954
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-92.570	-145.517
Provisões (aumentos/reduções)	20	-60.000	
Outros rendimentos e ganhos	13;14;15	825.814	830.565
Outros gastos e perdas	15;21	-966.339	-702.021
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.679.327	5.381.010
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-2.896.631	-2.770.283
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.782.696	2.610.727
Juros e gastos similares suportados	22	-1.331.956	-1.379.006
Resultado antes de impostos		2.450.740	1.231.722
Imposto sobre rendimento do período	16	-292.482	-238.269
Resultado líquido do período		2.158.257	993.453

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2010 e 31.12.2009

EUR

RUBRICAS	Períodos	
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	49.506.221	39.905.039
Pagamentos a fornecedores	-29.571.648	-26.221.051
Pagamentos ao pessoal	-8.117.443	-7.400.822
Caixa gerada pelas operações	11.817.131	6.283.166
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-139.826	-123.383
Outros recebimentos/pagamentos	-835.442	1.808.611
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	10.841.863	7.968.394
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-1.404.650	-1.393.735
Activos intangíveis	-96.875	-430.818
Investimentos financeiros	-5.014.300	-1.355.610
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	18.575	15.673
Subsídios ao investimento	0	22.911
Juros e rendimentos similares	43.306	40.482
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-6.453.944	-3.101.098
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2.803.057	-3.289.968
Juros e gastos similares	-1.339.437	-1.413.388
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-4.142.494	-4.703.356
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	245.424	163.940
Caixa e seus equivalentes no início do período	327.971	164.031
Caixa e seus equivalentes no fim do período	573.395	327.971

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração Individual das alterações no capital próprio
 Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2009

EUR

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	2.500.000	0	0	0	553.230	7.012.418		8.207.484	729.016	104.370	19.106.519		19.106.519	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											252.987	252.987		252.987	
Alterações de políticas contabilísticas											0	0		0	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-54.057	-54.057		-54.057	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										44.231	44.231	44.231		44.231	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										-44.231	-44.231	-44.231		-44.231	
Ajustamentos por impostos diferidos						5.219	99.152		-5.580.403	-25.642	-104.370	-5.580.403		-5.580.403	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
	2	0	0	0	0	5.219	99.152	-54.057	-5.580.403	-25.642	252.987	-104.370	-5.407.116	0	-5.407.116
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											993.453	993.453		993.453
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											889.083	889.083	0	-4.413.663
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital												0	0		0
Realizações de prémios de emissão												0	0		0
Distribuições												0	0		0
Entradas para cobertura de perdas												0	0		0
Outras operações												0	0		0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	2.500.000	0	0	0	558.449	7.111.570	-54.057	2.627.081	703.374	252.987	993.453	14.692.857	0	14.692.857

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2010

EUR

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	2.500.000	0	0	0	558.449	7.111.570	-54.057	2.627.081	703.374	252.987	993.453	14.692.857	0	14.692.857
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0	0		0
Alterações de políticas contabilísticas												0	0		0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0	0		0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											171.578	171.578	171.578		171.578
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											8.266.626	8.266.626	8.266.626		8.266.626
Ajustamentos por impostos diferidos						441.551	313.414		238.488	-820.983	-44.715	-993.453	-820.983		-820.983
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												-44.715	-44.715		-44.715
	7	0	0	0	0	441.551	313.414	0	238.488	7.617.222	-44.715	-993.453	7.572.507	0	7.572.507
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											2.158.257	2.158.257		2.158.257
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											1.164.804	1.164.804		9.730.764
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital												0	0		0
Realizações de prémios de emissão												0	0		0
Distribuições												0	0		0
Entradas para cobertura de perdas												0	0		0
Outras operações												0	0		0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	11=6+7+8+10	2.500.000	0	0	0	1.000.000	7.424.984	-54.057	2.865.569	8.320.596	208.272	2.158.257	24.423.621	0	24.423.621

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras

1 – Identificação da entidade.

Designação da entidade:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Variante da Cidade, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Natureza da actividade:	Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A actividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica e a actividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e electrobombas, torneiras, electrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como actividade secundária a promoção imobiliária visando a concepção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

2 – Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.

2.1- Referencial contabilístico adoptado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 - Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 - Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

2.4 Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.9 - Adopção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Entidade elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com a NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro e foram registados em resultados transitados, ou, se apropriado, noutra item do Capital próprio, conforme estabelece esta norma.

As principais diferenças de políticas contabilísticas com impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade são as seguintes:

- i) A Entidade adoptou o valor de custo de aquisição, adicionado de encargos, como critério

valorimétrico dos seus activos fixos tangíveis. Alguns destes activos foram reavaliados em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. A Entidade assumiu esse novo valor como custo considerado na data de transição conforme disposto na NCRF 3. Excepcionalmente aos restantes activos a empresa procedeu à revalorização dos edifícios e terrenos com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa reconhecida pela CMVM, avaliação esta posterior à transição;

- ii) Os subsídios ao investimento, que se encontravam registados como proveitos diferidos, passaram a ser registados a crédito da rubrica de capital próprio - Outras variações no capital próprio;
- iii) Especialização dos prémios a pagar aos administradores, por oposição às gratificações de Balanço¹;
- iv) O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários;

Os efeitos, no Balanço em 1 de Janeiro de 2009, da conversão das Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o POC para as Demonstrações Financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

EUR

Rubricas	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	15.833.112	37.716	15.870.828
Activos intangíveis	237.295		237.295
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6.521.978	-1.858.100	4.663.878
Participações financeiras - outros métodos	10.000		10.000
Outros activos financeiros	0	1.858.100	1.858.100
Total do activo não corrente	22.602.385	37.716	22.640.101
Activo corrente			
Inventários	10.975.452		10.975.452
Clientes	12.379.849	34.351	12.414.200
Estado e outros entes públicos	190.893		190.893
Outras contas a receber	529.223		529.223
Diferimentos	268.076		268.076
Activos financeiros detidos para negociação	5.000		5.000
Caixa e depósitos bancários	327.971		327.971
Total do activo corrente	24.676.464	34.351	24.710.815
TOTAL DO ACTIVO	47.278.850	72.067	47.350.917
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2.500.000		2.500.000
Reservas legais	558.449		558.449
Outras reservas	7.111.570		7.111.570
Resultados transitados		-54.057	-54.057
Ajustamentos em activos financeiros	2.627.081		2.627.081
Excedentes de reavaliação	703.374		703.374
Outras variações no capital próprio	252.987		252.987
Resultado líquido do período	993.453		993.453
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	14.746.914	-54.057	14.692.857
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14.814.633		14.814.633
Passivos por impostos diferidos	22.911		22.911
Total do passivo não corrente	14.837.544	0	14.837.544
Passivo corrente			
Fornecedores	9.017.591	-18.010	8.999.581
Financiamentos obtidos	6.024.639		6.024.639
Outras contas a pagar	1.899.197		1.899.197
Diferimentos	897.100		897.100
Total do passivo corrente	17.838.526	-18.010	17.820.516
TOTAL DO PASSIVO	32.676.070	-18.010	32.658.060
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	47.422.984	-72.067	47.350.917

Os ajustamentos referidos são erros corrigidos aquando da transição para o SNC ou alterações na classificação..

Decorrente dos ajustamentos indicados, a Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, reexpressa de acordo com o SNC, é como segue:

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC	(E/A)
Vendas e serviços prestados	40.018.684		40.018.684	
Subsídios à exploração	115.451		115.451	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	238.488		238.488	
Variação nos inventários da produção	1.416.824		1.416.824	
Custo das mercadorias e das matérias consumidas	-20.497.111		-20.497.111	
Fornecimentos e serviços externos	-8.993.403	481.004	-8.512.399	A
Gastos com o pessoal	-6.837.274	-544.680	-7.381.954	A
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-145.517		-145.517	
Outros rendimentos e ganhos	830.565		830.565	
Outros gastos e perdas	-765.697	63.676	-702.021	A
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5.381.010	0	5.381.010	
Gastos / reversões de depreciações e de amortizações	-2.770.283		-2.770.283	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.610.727	0	2.610.727	
Juros e gastos similares suportados	-1.379.006		-1.379.006	
Imposto sobre o rendimento do período	-238.269		-238.269	
Resultado Líquido do período	993.453	0	993.453	

Legenda:

E = Erro

A = Alteração de políticas contabilísticas

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2010, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na Demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, e quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do activo, porque lhe é directamente atribuível. A Entidade considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

A taxa de capitalização utilizada no exercício foi a cobrada pelo banco que corresponde à Euribor a três meses adicionado de um spread de 1,5. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento. Já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para que este esteja disponível para venda;
- A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou venda se encontrem substancialmente concluídas;
- Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo dos activos.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objectiva de imparidade nos clientes, por isso foram reconhecidas na Demonstração de resultados.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A Empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção.

À data de fecho é efectuada a actualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), no apuramento da matéria colectável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites

fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor, e são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são

actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são actualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes activos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, participações nos lucros e gratificações.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4 – Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

EUR

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010	31.12.2009
Caixa	Numerário (euros)	1.100	1.023
	Numerário (outras moedas)	4.332	4.110
	Subtotais	5.432	5.133
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	567.963	322.838
	Outros depósitos bancários		
	Subtotais	567.963	322.838
Outros equivalentes de caixa	Obrigações	15.000	5.000
	Subtotais	15.000	5.000
Totais		588.395	332.971

5 – Partes relacionadas

5.1 - Relacionamentos com empresa-mãe e subsidiárias:

As Transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

EUR

Transações com as partes relacionadas		Período 2010					Período 2009				
		Vendas	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período
Empresa-mãe	VALSIR, SPA	708.768	577.598	265.499	125.812		683.091	724.998	293.894	219.747	
	Subtotais	708.768	577.598	265.499	125.812		683.091	724.998	293.894	219.747	
Subsidiárias	MOLDAVEIRO, LDA	48.344	753.625	3.351	678.713		43.356	715.724	12.047	280.149	
	SOPLASNOR, SA	48.956	60.474	484	26.053	4.999.300	9.493	1.741	60.921	1.003.100	
	OLIVER INTERNATIONAL, SRL	4.600.046	786.084	1.447.333	213.845		4.780.182	682.975	1.942.127	280.802	
	Subtotais	4.697.347	1.600.183	1.451.168	918.611	4.999.300	4.833.031	1.400.440	2.015.096	560.951	1.003.100
Totais		5.406.115	2.177.781	1.716.667	1.044.423	4.999.300	5.516.121	2.125.438	2.308.989	780.698	1.003.100

EUR

Subsidiárias	Sede	Período 2010				Período 2009			
		Capital Deitado	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos	Capital Deitado	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Moldaveiro Moldes LDA	Travessa do Mião, Esgueira - Aveiro	83,0%	249.399	1.074.663	74.552	83,0%	249.399	954.541	25.025
Soplasnor - Sociedade de Plásticos do Norte, SA	Rua das Poças, Lavra - Porto	79,9%	6.800.000	-1.941.521	-2.360.326	79,9%	6.800.000	1.581.750	-5.059.137
Oliver International SRL	Località Pianì di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99,0%	1.000.000	4.232.590	390.696	99,0%	1.000.000	3.841.895	305.125

EUR

Investimentos Financeiros	Saldo Inicial	Variação		Saldo Final
	01-01-2009	2009	2010	31-12-2010
Moldaveiro - Moldes, Lda. - MEP	837.349	20.771	61.878	919.997
Soplasnor - Soc. Plásticos Norte, SA - Empréstimo	855.000	1.003.100	4.999.300	6.857.400
Oliver International, Srl - MEP	3.503.685	302.074	386.789	4.192.547
Total	5.196.033	1.325.945	5.447.967	11.969.945

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram as seguintes:

EUR

Remunerações aos Órgãos Sociais	Período 2010	Período 2009
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	563 177	353 292
Total	563 177	353 292

6 – Activos intangíveis

A divulgação dos activos intangíveis é a seguinte:

EUR

Quantias das amortizações de activos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados	Gastos/rev. erros de depreciação e de amortização	Projectos de desenvolvimento		Programas de computador	Propriedade industrial				Totais	
		Gerados internamente	Outros		Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos		Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais
Demonstração dos resultados por naturezas		98.484			1.026				36.159	135.649

7 – Activos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10;20;50	4;6;10	4;6	3;5;8		3
Taxas de depreciação			10%;5%;2%	25%;16,6%;10%	25%;16,6%	33,3%;20%; 12,5%		33,3%
Métodos de depreciação			linha recta	linha recta	linha recta	linha recta		linha recta

EUR

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2009	Quantias brutas escrituradas	1.543.483	11.056.332	24.161.002	1.006.163	1.627.891		1.650.857	1.663.889	42.709.617
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		-4.543.902	-17.091.057	-754.571	-1.385.008		-1.452.789		-25.227.327
	Quantias líquidas escrituradas	1.543.483	6.512.430	7.069.944	251.592	242.882		198.068	1.663.889	17.482.290
Adições				65.921	101.432	15.770		6.322	1.064.102	1.253.547
Rev. valorizações										
Transferências			77.063	932.334		7.755			-1.033.535	-16.384
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates				-145.562	-127.467	-1.226				-274.255
Outras alterações			-206.392	43.070	0	44.046		-4.144	-98.879	-222.300
Depreciações			-323.669	-1.864.331	25.869	-105.458		-84.482		-2.352.071
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	Quantias brutas escrituradas	1.543.483	10.927.003	25.056.765	980.128	1.694.235		1.653.035	1.595.577	43.450.226
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		-4.867.570	-18.955.388	-728.702	-1.490.466		-1.537.271		-27.579.398
	Quantias líquidas escrituradas	1.543.483	6.059.432	6.101.377	251.426	203.769		115.763	1.595.577	15.870.828
Adições	94.905		95.035	183.760	96.799	12.822		12.099	1.858.395	2.353.815
Rev. valorizações	5.180.327		3.311.787							8.492.114
Transferências			53.077	2.202.740						-503.749
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates			-21.682	-1.697.618	-38.517	-4.579				-1.762.395
Outras alterações										
Depreciações			-622.279	-818.449	-77.872	-66.395		-66.975		-1.651.970
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	6.818.715	14.365.200	25.745.648	1.038.410	1.702.478		1.665.133	694.407	52.030.010
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		-5.489.850	-19.773.838	-806.574	-1.556.840		-1.604.246		-29.231.368
	Quantias líquidas escrituradas	6.818.715	8.875.370	5.971.810	231.836	145.617		60.887	694.407	22.798.643

EUR

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2009	4.543.902	17.091.057	754.571	1.385.008		1.452.789	25.227.327
Reforços	444.430	1.892.151	100.637	106.076		96.676	2.639.972
Reversões							
Revalorizações							
Transferências							
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							
Alienações		-92.189	-127.467	-1.022			-220.677
Sinistros							
Abates							
Outras alterações	-120.761	64.368	961	403		-12.194	-67.224
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)	4.867.570	18.955.388	728.702	1.490.466		1.537.271	27.579.398
Reforços	441.301	1.867.289	110.993	70.974		66.975	2.557.532
Reversões							
Revalorizações	203.431						203.431
Transferências							
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							
Alienações		-16.789	-20.017				-36.806
Sinistros							
Abates	-22.452	-1.049.483	-13.104	-4.579			-1.089.619
Outras alterações		17.433					17.433
Acumuladas em 31.12.2010	5.489.850	19.773.838	806.574	1.556.860		1.604.246	29.231.368

7.2 - Moldes em poder de terceiros

O valor de moldes em poder de terceiros cifrava-se no final de 2010 em 1.060.920 euros.

7.3 - Para os itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

Activos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas	Período 2010	Período 2009
Datas de eficácia das revalorizações	Abril de 2010	-
Recurso a avaliador independente	L2i - Investimentos Imobiliários, Lda	-
Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens	Método Comparativo, Método Rendimento e Método do Custo de Reposição	-
Medida em que o justo valor dos itens foi determinado directamente por referência a preços observáveis num mercado activo	Média aritmética dos métodos referidos	-

EUR

Excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Edifícios e outras construções		Totais
	Terrenos	Edifícios	
Em 01.01.2009		729.016	729.016
Constituição de excedentes por novas revalorizações			
Variações por reconhecimento e por reversão de perdas por imparidade			
Realização de excedentes pelo uso dos activos		-25.642	-25.642
Realização de excedentes pela retirada dos activos			
Realização de excedentes pela alienação dos activos			
Em 31.12.2009 (01.01.2010)		703.374	703.374
Constituição de excedentes por novas revalorizações	5.180.327	3.311.787	8.492.114
Variações por reconhecimento e por reversão de perdas por imparidade			
Realização de excedentes pelo uso dos activos		-874.892	-874.892
Realização de excedentes pela retirada dos activos			
Realização de excedentes pela alienação dos activos			
Em 31.12.2010	5.180.327	3.140.269	8.320.596

8 – Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

EUR

Activos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Descrição	Valor Aquisição	Locações financeiras em vigor				Período 2010	Período 2009	
			Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	
					Começo	Fim			
Activos fixos tangíveis	Leasing 1	3 Prensas	438.500	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011	62.368	153.460
	Leasing 2	Audi A6	73.402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	38.291	52.737
	Leasing 3	VW Golf	19.767	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	8.626	13.492
	Leasing 4	Audi A4	33.329	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	16.588	24.713
	Leasing 5	VW Passat	30.846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013	17.895	25.327
	Subtotais		595.843					143.768	269.729
Activos fixos tangíveis	Leasing 6	Eq. Informático	175.000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	91.274	125.500
	Leasing 7	Eq. Industrial	52.246	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011	1.041	18.649
	Leasing 8	Eq. Industrial	310.630	BARCLAYS	CT 07.1.3114	12-11-2007	12-11-2010	0	85.098
	Leasing 9	Eq. Industrial	45.007	BARCLAYS	CT 07.1.3203	05-12-2007	05-12-2010	0	12.179
Subtotais		582.883					92.315	241.426	
Activos fixos tangíveis	Leasing 10	VW Golf	26.400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	23.236	0
	Leasing 11	Eq. Industrial	205.700	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	147.092	0
	Subtotais		232.100					170.328	0
Activos fixos tangíveis	Leasing 12	Eq. Industrial	213.350	TOTTA LEASING	CT 160570	15-06-2006	15-06-2010	0	24.229
	Leasing 13	Eq. Electrónico	27.500	TOTTA LEASING	CT 160569	15-06-2006	15-06-2010	0	3.123
	Leasing 14	Eq. Industrial	113.000	TOTTA LEASING	CT 160567	15-06-2006	15-06-2010	0	12.833
	Leasing 15	Eq. Industrial	54.200	TOTTA LEASING	CT 160568	15-06-2006	15-06-2010	0	6.155
	Subtotais		408.050					0	46.340
Activos fixos tangíveis	Leasing 16	Eq. Industrial	29.150	BCP Leasing	CT 36036	07-12-2005	07-12-2010	0	5.254
	Subtotais		29.150					0	5.254
Totais							406.411	562.750	

EUR

Locações financeiras em vigor		Locações financeiras em vigor				Investimentos brutos nas locações à data do balanço			
		Locatário	Identificação do contrato	Prazo da locação		Até 1 ano	Mais de 1 ano	Totais	
				Começo	Fim				
Período 2010	Leasing 1	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011	62.368	0	62.368	
	Leasing 2	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	14.500	23.791	38.291	
	Leasing 3	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	4.900	3.726	8.626	
	Leasing 4	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	8.200	8.388	16.588	
	Leasing 5	CGD LEASING	CT 349341	20-04-2009	20-04-2013	7.500	10.395	17.895	
	Leasing 6	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	35.000	56.274	91.274	
	Leasing 7	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011	1.041	0	1.041	
	Leasing 10	BBVA	CT 153.93708	21-06-2010	21-06-2014	5.200	18.036	23.236	
	Leasing 11	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	55.000	92.092	147.092	
	Totais						193.709	212.702	406.411
Período 2009	Leasing 1	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011	91.092	62.368	153.460	
	Leasing 2	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	14.446	38.291	52.737	
	Leasing 3	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	4.866	8.626	13.492	
	Leasing 4	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	8.126	16.588	24.713	
	Leasing 5	CGD LEASING	CT 349341	20-04-2009	20-04-2013	7.432	17.895	25.327	
	Leasing 6	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	34.226	91.274	125.500	
	Leasing 7	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011	17.609	1.041	18.649	
	Leasing 8	BARCLAYS	CT 07.1.3114	12-11-2007	12-11-2010	85.098	0	85.098	
	Leasing 9	BARCLAYS	CT 07.1.3203	05-12-2007	05-12-2010	12.179	0	12.179	
	Leasing 12	TOTTA LEASING	CT 160570	15-06-2006	15-06-2010	24.229	0	24.229	
	Leasing 13	TOTTA LEASING	CT 160569	15-06-2006	15-06-2010	3.123	0	3.123	
	Leasing 14	TOTTA LEASING	CT 160567	15-06-2006	15-06-2010	12.833	0	12.833	
	Leasing 15	TOTTA LEASING	CT 160568	15-06-2006	15-06-2010	6.155	0	6.155	
	Leasing 16	BCP Leasing	CT 36036	07-12-2005	07-12-2010	5.254	0	5.254	
	Totais						326.667	236.083	562.750

9 – Custos de empréstimos obtidos

O empréstimo capitalizado é o seguinte:

EUR

Quantias de custos de empréstimos obtidos capitalizadas durante o período		Período 2010	Período 2009	Períodos anteriores	Totais
Empréstimo MLP	Fomento à Construção	35.035	23.677	220.102	278.814
Totais		35.035	23.677	220.102	278.814

EUR

Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização	Período 2010		Período 2009	
	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos
Empréstimo MLP	1.092.611	2,3%	1.662.500	2,7%

EUR

Tipo de Financiamento	31.12.2010			31.12.2009		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Cauionada	73.712		73.712	4.405.192		4.405.192
Programa de Papel Comercial	6.450.000	4.700.000	11.150.000	500.000	10.250.000	10.750.000
Médio e Longo Prazo	2.064.806	4.208.337	6.273.142	713.334	4.327.882	5.041.216
Leasing	194.913	211.498	406.411	325.999	236.751	562.750
Desconto de letras	132.949		132.949	80.114		80.114
	8.916.379	9.119.835	18.036.214	6.024.639	14.814.633	20.839.272

10 – Imparidade de activos

EUR

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Cientes	Totais
Período 2010	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	92.570	92.570
		Reversões		
		Totais	92.570	92.570
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos		
		Reversões		
Totais				
Período 2009	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	145.517	145.517
		Reversões		
		Totais	145.517	145.517
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos		
		Reversões		
Totais				

11 – Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	1.168.224		1.168.224	2.012.383		2.012.383
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.826.044	-57.362	1.768.683	2.701.093	-57.362	2.643.731
Produtos acabados e intermédios	1.361.232		1.361.232	1.188.480		1.188.480
	4.355.500	-57.362	4.298.138	5.901.955	-57.362	5.844.593
Apartamentos acabados	3.440.023		3.440.023			
Apartamentos em curso				5.130.859		5.130.859
Totais	7.795.523	-57.362	7.738.161	11.032.814	-57.362	10.975.452

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mercadorias

EUR

Descrição	2010	2009
Existências Iniciais	2.012.383	2.768.953
Compras	4.155.313	4.508.650
Regularizações de Inventários	-427.774	-32.681
Existências Finais	1.168.224	2.012.383
Totais	4.571.698	5.232.539

Matérias Primas

EUR

Descrição	2010	2009
Existências Iniciais	2.701.093	2.699.241
Compras	17.505.322	15.266.424
Regularizações de Inventários		
Existências Finais	1.826.044	2.701.093
Totais	18.380.371	15.264.572

Variação nos Inventários da Produção

Produtos Acabados

EUR

Descrição	2010	2009
Existências Iniciais	6.319.338	4.910.403
Regularizações de Inventários	-25.227	-7.888
Existências Finais	4.801.255	6.319.339
Totais	-1.492.857	1.416.824

12 – Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos por naturezas e actividades:

EUR

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2010			Período 2009		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Vendas						
- produto acabado	38.300.149	83,3%	14%	33.480.318	83,6%	-13%
- mercadorias	5.694.556	12,4%	-13%	6.529.505	16,3%	-11%
- apartamentos	1.812.500	3,9%				
	45.807.205	99,7%	14%	40.009.823	99,9%	-13%
Prestação de serviços	8.217	0,0%	-7%	8.862	0,0%	-6%
Juros	138.540	0,3%	496%	23.236	0,1%	-88%
Totais	45.953.962	100,0%	15%	40.041.921	100,0%	-13%

13 – Outros rendimentos e Ganhos

EUR

Rubrica	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos Suplementares	417.560	454.121
Descontos de pronto pagamento obtidos	7.714	7.430
Ganhos em Inventários	2.520	
Rendimentos e Ganhos nos restantes Activos Financeiros	10.611	3.312
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	13.179	15.877
Outros	235.691	287.041
Juros Obtidos	138.540	62.784
TOTAL OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	825.814	830.565

14 – Subsídios do Governo e apoios do governo

Relação dos subsídios do Governo obtidos, relevados nas demonstrações financeiras:

EUR

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	IAPMEI	SINDEPEDIP	IAPMEI	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	12-12-2006	31-12-2000	133.183		133.183
		ICEP	SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2005	1.005.497		1.005.497
		Subtotais							1.138.680		1.138.680
Reembolsáveis		IAPMEI	SINDEPEDIP	IAPMEI	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	12-12-2006	31-12-2000	1.631.982		1.631.982
		ICEP	SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2.012.215		2.012.215
		Subtotais							3.644.197		3.644.197
Totais								4.782.877		4.782.877	

EUR

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2010					Período 2009				
			Demonstração dos resultados			Balanço		Demonstração dos resultados			Balanço	
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	IAPMEI	2.553				226	2.553				
		ICEP	42.162	208.272			44.758	250.433				
	Subtotais	44.715	208.272			44.984	252.986					
Subsídios relacionados com resultados												
	Subtotais											
Reembolsáveis												
Totais			44.715	208.272			44.984	252.986				

15 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EUR

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados		Período 2010	Período 2009
Actividade operacional	Negativas	-21.007	-22.658
	Positivas	10.611	3.312
	Subtotais	-10.396	-19.346
Totais		-10.396	-19.346

16 – Impostos sobre o rendimento

EUR

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos				Período 2010		Período 2009		
				Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores				1	145.137	145.137	-31.012	-31.012
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente			2	-343.660	-343.660	-241.000	-241.000
	Gastos / rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias			51.178	51.178	2.731	2.731
		Imposto diferido		3	51.178	51.178	2.731	2.731
	Imposto sobre o rendimento do período			4 = 2 + 3	-292.482	-292.482	-238.269	-238.269
Totais				5 = 1 + 4	-147.346	-147.346	-269.281	-269.281

17 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos de dívida, para cobertura de risco são os que se seguem:

EUR

Contabilidade da cobertura por cada natureza do risco que esteja a ser coberto		31.12.2010			31.12.2009		
		Instrumentos de cobertura			Instrumentos de cobertura		
		Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 1	5.000.000	3,60%	-216.203	5.000.000	3,60%	-291.084
	Contrato SWAP 2	2.500.000	3,75%	-135.647	2.500.000	3,75%	-150.555
	Contrato SWAP 3	3.750.000	3,35%	-43.624	3.750.000	3,35%	-114.497
	Contrato SWAP 4	-			750.000	3,86%	-23.450
	Contrato SWAP 5	-			1.500.000	4,10%	-21.639
	Contrato SWAP 6	-			68.858	3,94%	-1.673
	Contrato SWAP 7	1.500.000	4,53%	-75.390	1.500.000	4,53%	-101.938
	Contrato SWAP 8	62.500	4,29%	-509	312.500	4,29%	-7.659
	Contrato SWAP 9	5.000.000	5,15%	-473.451	5.000.000	5,15%	-530.808
	Contrato SWAP 10	2.000.000	4,10%	-58.205	2.000.000	4,10%	-92.588
	Contrato SWAP 11	2.000.000	3,48%	-46.070	2.000.000	3,48%	-68.683
	Total	21.812.500		-1.049.099	24.381.358		-1.404.576

Os valores de terceiros estão detalhados como se segue:

EUR

Rubrica	31.12.2010	31.12.2009
Clientes	9.102.855	13.324.636
dos quais: Cobrança Duv idosa	346.888	959.362
Fornecedores	7.548.709	8.999.581
Pessoal	24.603	8.553
Outras contas a receber	1.913.504	514.431
Outras contas a pagar	2.614.111	1.875.853

18 - Fornecimentos e Serviços

EUR

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
SUBCONTRATOS	253.778	2.039.839
Trabalhos Especializados	339.234	448.483
Publicidade e Propaganda	291.050	252.882
Vigilância e Segurança	79.556	84.399
Honorários	94.673	96.843
Comissões	624.125	488.477
Conservação e Reparação	736.265	780.709
Outros	104.213	267.359
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	2.269.115	2.419.152
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	137.537	245.343
Livros e Documentação Técnica	1.562	2.012
Material de Escritório	13.545	19.512
Artigos para Oferta	47.392	48.047
MATERIAIS	200.036	314.915
Electricidade	719.596	710.393
Combustíveis	76.737	67.999
Água	14.078	11.267
Outros	374	509
ENERGAS E FLUÍDOS	810.784	790.168
Deslocações e Estadas	244.814	243.279
Transporte de Mercadorias	2.108.718	2.046.725
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	2.353.532	2.290.004
Rendas e Alugueres	49.362	69.432
Comunicação	78.820	98.084
Seguros	135.348	151.043
Contencioso e Notariado	3.837	7.370
Despesas de Representação	303.628	275.831
Limpeza, Higiene e Conforto	55.054	50.228
Outros Serviços	6.922	6.333
SERVIÇOS DIVERSOS	632.971	658.321
TOTAL FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	6.520.216	8.512.399

19 – Benefícios dos empregados

EUR

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Remunerações dos Órgãos Sociais	563.177	353.292
Remunerações do Pessoal	6.329.666	5.635.223
Encargos sobre Remunerações	1.231.219	1.169.990
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	69.167	84.655
Gastos de Acção Social	46.846	60.612
Outros Gastos com Pessoal	86.450	78.182
Dos quais: Gastos com Formação	67.927	65.082
TOTAL GASTOS COM PESSOAL	8.326.525	7.381.954

Pessoas ao serviço da empresa	31.12.2010	31.12.2009
Administrativos	30	28
Comerciais	47	51
Fabris	263	243
Total	340	322

20 – Provisões

EUR

Rubrica	Sado Inicial	Aumento	Redução	Sado Final
Garantias a clientes	0	60.000		60.000
TOTAL PROVISÕES	0	60.000	0	60.000

21 – Outros gastos e perdas

EUR

Rubrica	31.12.2010	31.12.2009
Impostos	87.451	109.931
Descontos de pronto pagamento concedidos	279.555	230.374
Dívidas Incobráveis	1.037	79.055
Perdas em Inventários	370.819	8.221
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	1.898	204
Outros	225.579	274.090
Outros não especificados		145
TOTAL OUTROS GASTOS E PERDAS	966.339	702.021

22 – Juros e gastos similares suportados

EUR

Rubrica	31.12.2010	31.12.2009
Juros Suportados	1.331.956	1.379.006
TOTAL JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	1.331.956	1.379.006

23 – Divulgações exigidas por diplomas legais

EUR

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	2010	2009
	Honorários facturados	Honorários facturados
Revisão legal das contas	15.183	15.120
Serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços	363	360
Totais	15.546	15.480

24 – Outras informações

Nos termos da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro de 2010 a empresa vai proceder à candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE) para obtenção de um crédito fiscal (dedução à colecta), decorrente das actividades de investigação e desenvolvimento realizadas durante o ano de 2010.

A empresa tem beneficiado nos anos anteriores desta dedução à colecta.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

IV. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores. Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. Acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas e do Relatório emitidos pelo Revisor Oficial de Contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas.
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação de resultados.

Aveiro, 21 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL



Dr. António Maria Antas Teles

- **PRESIDENTE**



Engº José Luís Azevedo Cacho

- **VOGAL**



José Augusto Nadais de Sousa (ROC nº. 525)

- **VOGAL E ROC**

V. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

MOREIRA & NADAIS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Inscrita na OROC sob o nº. 202
Contribuinte nº. 507 707 192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 54.150.811 euros e um total de capital próprio de 24.423.621 euros, incluindo um resultado líquido de 2.158.257 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



PORTO: Praça Mouzinho de Albuquerque, 139, 2º. Dtº. 4100 - 360 Porto | tel.: 22 606 23 79 | fax: 22 609 88 43 | e-mail: nadais@revisores.com
BRAGA: Rua de Santa Margarida, 2A - 1º. Esq. - Salas 2/3, 4710 - 306 Braga | tel./fax: 253 682 166 | e-mail: artur.moreira@revisores.com

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

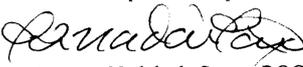
8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o facto de os valores do activo e do capital próprio da Empresa terem registado um aumento no montante de 8.492.114 euros por reavaliação de terrenos e edifícios. A reavaliação efectuada encontra-se devidamente suportada em Relatório de perito avaliador inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 21 de Abril de 2011

MOREIRA & NADAIS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
Representada por



José Augusto Nadais de Sousa, ROC n.º. 525

VI. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2010.

As contas consolidadas da Oliveira & Irmão, S.A., relativas a 2010, dizem respeito às seguintes sociedades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- Oliver International, Srl., detida em 99,0%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasmor - Soc. Plásticos do Norte, SA., detida em 79,9%.

A Oliver International, Srl, com sede em Itália, mantém a sua actividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade mãe, complementando esta actividade com uma interessante actividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A Moldaveiro - Moldes, Lda., que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha principalmente para a sociedade mãe e outras empresas do grupo em Itália, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projectar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria e dos nossos clientes e mercados, seja pelo labor para assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade mãe.

A Soplasmor – Sociedade de Plásticos do Norte, SA vocacionada para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, está neste momento com toda a actividade industrial e comercial suspensa desde 2009, encontrando-se em fase de venda de todos os seus activos e liquidação dos seus passivos.

No que diz respeito ao volume de vendas verificamos uma subida do valor das vendas consolidadas em 5%, tendo atingido o valor total de 52.105.743 euros. Mais uma vez recordamos que a comparabilidade com o ano anterior é limitada, pois a partir do momento que decidimos liquidar a nossa participada Soplasmor, o volume de vendas desta deixou de ser visto numa óptica de continuidade, para ser visto numa óptica de liquidação da unidade produtiva.

Em termos de desempenho económico e financeiro os dados consolidados reflectem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado teve uma evolução favorável passando a ser positivo no montante de 104.294 euros. Se é de destacar o bom resultado positivo da Oliveira & Irmão, da Oliver e da Moldaveiro, a contrapor temos o resultado negativo das operações de venda de activos da Soplasnor que não permitiram melhores resultados.
- Aumento do Cash-Flow: 170%. Todo o esforço de optimização e de ganhos de eficiência nas várias empresas do grupo permitiu este bom desempenho. O valor do cash-flow consolidado atingiu os 3.685.536 euros.
- Forte aumento do EBITDA: 525%. Todo o trabalho de optimização dos recursos internos, os cuidados acrescidos na sua afectação em termos económicos permitiram vender mais com menos custos, resultado na performance aqui evidenciada. O rácio endividamento bancário sobre o EBITDA melhora substancialmente passando a ser de 4,2.
- Aumento da autonomia financeira. Esta aumentou em termos consolidados de 25% em 2009 para 37% em 2010. Contribuíram em grande parte para este valor não só os bons resultados de algumas empresa do grupo, mas também o facto de termos realizado uma reavaliação de todos os imóveis do grupo por forma a reflectir na contabilidade o seu valor actual.

Em termos de estratégia de grupo o objectivo continua a ser reforçar o grupo no seu todo, através da autonomização económica de cada empresa. Com a desactivação da Soplasnor recentramo-nos nas actividades directamente relacionadas com a nossa actividade principal (concepção, produção e venda de autoclismos e seus componentes), procurando melhorar a competitividade e competência neste mercado.

O relatório da sociedade mãe foi elaborado de modo a reflectir, de forma adequada, a estratégia de actuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objectivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, se bem que de forma resumida, os aspectos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo.

Esta empresa é o centro da estratégia do grupo e na sua actividade reflectimos o nosso posicionamento em relação aos diversos mercados, com a permanente ânsia de aumentar a quota nos mercados onde actuamos e de penetração em novos mercados, com a inevitável procura de mais e melhor competitividade. A crise (para além da motivação interna) levou-nos, como antes referido, a procurar melhorar, não só a qualidade dos produtos, mas também alguns aspectos produtivos e organizativos. Julgamos que conseguimos uma organização mais leve e mais flexível e melhor preparada para enfrentar as vicissitudes e inconstâncias dos mercados. Acreditamos ainda que o nosso renovado e melhorado enfoque na inovação será um acrescido factor de melhoria da competitividade.

O volume de negócios aumentou 15%, atingindo o valor de 45.815.422 euros. Parte deste aumento de vendas ficou a dever-se ao início da comercialização do empreendimento imobiliário que esta empresa detém no centro de Aveiro, atingindo em 2010 o total de 1.812.500 euros.

O investimento aumentou 43% cifrando-se em 1.984.346 euros. Os resultados cresceram atingindo o valor de 2.158.257 euros.

Oliver International

Como referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta actividade com a distribuição (reexportação ou "representação") em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

As vendas desta sociedade apresentaram um pequeno aumento de 2%, atingindo o valor de 11.382.512 euros. Em termos de resultados líquidos houve um aumento de 28%, atingindo em 2010 o valor de 390.696 euros.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade mãe, sendo que neste ano de 2010 consolidou as suas vendas também a outras empresas do grupo em Itália (Valsir e Oliver).

O volume de negócios em 2010 foi de 1.090.122 o que representa uma queda de 9% face a 2009. Todavia, o excelente trabalho realizado no aumento da eficiência das suas operações resultou num resultado líquido positivos de 74.552 euros, o que representa uma subida de 197% face a 2009.

Soplasnor

Em 2010 concretizou-se a venda de parte do equipamento fabril daquela empresa com vista a libertar fundos para fazer face aos diversos compromissos bancários existentes. A Soplasnor apresenta um prejuízo de 2.360.326 euros. A actividade de venda dos equipamentos gerou uma menos valia de 1.335.523 euros.

À semelhança do que foi realizado na Oliveira & Irmão os imóveis da Soplasnor também foram revalorizados de forma a aproximar os valores contabilísticos da realidade. Esta operação teve um impacto negativo na valorização destes activos no montante de 1.590.553 euros.

Conclusão

A terminar, algumas considerações quer sobre o exercício findo, quer sobre as perspectivas de desenvolvimentos próximos.

O exercício findo ficou marcado pela recuperação, depois da forte crise sentida em 2009. Na Oliveira & Irmão obtivemos bons resultados na generalidade dos indicadores fruto não só do aumento da actividade mas também do trabalho de reestruturação iniciado em finais de 2008 e continuado em 2009, que permitiu melhorar a eficiência da organização.

Este trabalho de optimização, tendo sido transversal a todas as participadas permitiu aqui espelhar esse desempenho. Em todas as participadas o volume de actividade melhora e conseguiu-se potenciar os resultados obtidos de forma significativa em todas as empresas (sociedade mãe e subsidiárias). Naturalmente, estas considerações não se aplicam à Soplasnor.

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Para além do atrás referido no relatório individual da Oliveira & Irmão, apenas queremos acrescentar e reforçar que contamos, com o desenvolvimento, que esperamos positivo, da economia internacional, os resultados da estratégia industrial implementada e de uma estratégia e atitude comerciais mais "agressivas", melhorar o desempenho da empresa e, conseqüentemente, o nível de resultados em 2011.

Oliver International

Em relação a esta sociedade reforçaremos a estratégia e política actual, procurando melhorar o desempenho nos mercados interno e internacional.

Moldaveiro

A Moldaveiro, para além de ensaiar uma melhor aproximação à empresa mãe, com uma mais profunda e profícua interacção, quer no projecto, quer na manutenção dos moldes desta, procurará melhorar a sua competitividade através de reformulação de alguns processos internos, tentando assim melhorar a eficiência e rapidez dos serviços e fornecimentos tentando que o seu nível de produção e serviços estejam ao melhor nível do sector.

Soplasnor

Continuaremos determinados na venda dos seus activos, em particular o seu imóvel, dado que permitirá libertar fundos que fortalecerão a saúde financeira de todo o grupo.

Conclusão

A terminar queremos apenas reforçar a nossa determinação em fortalecer a robustez de cada uma das sociedades, reforçando a sua autonomia económica de modo a que possam de uma maneira mais positiva contribuir para o bom desempenho do grupo.

Aveiro, 8 de Abril de 2011

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Maria Pereira de Moura

Silvestro Niboli

Pier Andreino Niboli

Balanço Consolidado em 31.12.2010 e 31.12.2009

EUR

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2010	31.12.2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	24.449.582	29.045.274
Activos intangíveis	6	1.670.531	965.955
Participações financeiras - Outros métodos		25.549	10.549
		26.145.662	30.021.778
Activo corrente			
Inventários	9;19;11	9.593.669	13.509.183
Clientes	10;17	11.903.081	15.714.607
Estado e outros entes públicos		113.807	760.435
Outras contas a receber	17	2.353.287	979.439
Diferimentos		132.867	274.092
Activos financeiros detidos para negociação	4	15.000	5.000
Activos não correntes detidos para venda	7	7.998.087	
Caixa e depósitos bancários	4	2.616.682	683.628
		34.726.481	31.926.385
Total do ACTIVO		60.872.143	61.948.162
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		2.500.000	2.500.000
Prémios de emissão		4.653	4.653
Reservas legais		1.131.457	674.802
Outras reservas		7.900.027	7.599.326
Resultados transitados		-6.863.286	-3.761.082
Ajustamentos em activos financeiros		7.645.485	7.343.411
Excedentes de revalorização		8.320.596	3.148.532
Outras variações no capital próprio	14	208.272	
Resultado líquido consolidado do período		563.319	-2.715.531
Interesses minoritários		1.124.944	1.173.837
Total do Capital Próprio		22.535.467	15.967.948
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		189.664	313.647
Financiamentos obtidos	8;9	17.935.757	15.968.990
Passivos por impostos diferidos		1.185.289	745.178
		19.310.710	17.027.814
Passivo corrente			
Fornecedores	17	8.922.085	10.410.258
Adiantamentos de clientes		18.954	278.585
Estado e outros entes públicos		471.230	618.175
Financiamentos obtidos	8;9	6.400.474	13.014.986
Outras contas a pagar	17	2.831.810	3.457.398
Diferimentos		381.414	1.172.997
		19.025.967	28.952.400
Total do Passivo		38.336.676	45.980.214
Total do Capital Próprio e do Passivo		60.872.143	61.948.162

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

 Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal
 Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2010 e 31.12.2009

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	12	52.105.743	49.612.235
Subsídios à exploração		4.075	143.761
Variação nos inventários da produção	11	-1.556.274	-604.610
Trabalhos para a própria entidade		610.515	609.437
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-24.767.764	-24.538.681
Fornecimentos e serviços externos		-8.677.329	-10.906.023
Gastos com pessoal	5	-10.142.862	-10.063.379
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-242.179	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-198.230	-1.358.869
Provisões (aumentos/reduções)		-60.000	
Outros rendimentos e ganhos	13	2.192.100	1.075.117
Outros gastos e perdas	18	-3.470.628	-1.310.878
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.797.170	2.658.109
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-3.080.833	-3.733.215
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.716.336	-1.075.106
Juros e gastos similares suportados	19	-2.008.832	-2.205.392
Resultado antes de impostos		707.504	-3.280.498
Imposto sobre rendimento do período	16	-603.210	-447.143
Resultado líquido do período		104.294	-3.727.641
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		563.319	-2.715.531
Interesses minoritários		-459.025	-1.012.111
		104.294	-3.727.641
Resultado por acção básico		0,21	-7,46

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2010 e 31.12.2009

EUR

RUBRICAS	Períodos	
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	60.500.827	53.127.743
Pagamentos a fornecedores	-37.256.868	-34.947.593
Pagamentos ao pessoal	-9.297.551	-9.062.040
Caixa gerada pelas operações	13.946.408	9.118.111
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-387.452	-403.223
Outros recebimentos/pagamentos	-1.865.395	1.397.810
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	11.693.561	10.112.698
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-2.004.433	-1.791.817
Activos intangíveis	-140.956	-434.547
Investimentos financeiros	-15.000	-1.355.610
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	978.309	25.635
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	45.308	67.339
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.136.773	-3.489.000
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1.120.000	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-8.115.998	-4.281.144
Juros e gastos similares	-1.627.735	-2.006.672
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-8.623.734	-6.287.815
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1.933.054	335.882
Caixa e seus equivalentes no início do período	683.628	347.745
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.616.682	683.628

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2009

EUR

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	2.500.000	0	0	4.653	681.574	10.120.035	-2.306.061	3.522.623	4.074.851	-2.389	242.677	18.837.962	1.173.837	20.011.799
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											252.987	252.987			252.987
Alterações de políticas contabilísticas															0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-54.057				-54.057			-54.057
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										44.231		44.231			44.231
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos as variações										-44.231		-44.231			-44.231
Ajustamentos por impostos diferidos										-25.642		-25.642			-25.642
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-6.772	-2.520.709	-1.400.964	3.820.788	-900.676	-250.598	-242.677	-1.501.608		-1.501.608
	2	0	0	0	0	-6.772	-2.520.709	-1.455.021	3.820.788	-926.318	2.389	-242.677	-1.328.320	0	-1.328.320
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											-2.715.531	-2.715.531		-2.715.531
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											-2.958.208	-2.958.208	0	-4.043.851
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0
Realizações de prémios de emissão															0
Distribuições															0
Entradas para cobertura de perdas															0
Outras operações															0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	2.500.000	0	0	4.653	674.802	7.599.326	-3.761.082	7.343.411	3.148.533	0	-2.715.531	14.794.112	1.173.837	15.967.948

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2010

EUR

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	2.500.000	0	0	4.653	674.802	7.599.326	-3.761.082	7.343.411	3.148.533	0	-2.715.531	14.794.112	1.173.837	15.967.948
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0
Alterações de políticas contabilísticas															0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										171.578		171.578			171.578
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos as variações										8.266.626		8.266.626			8.266.626
Ajustamentos por impostos diferidos										-820.983		-820.983			-820.983
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						456.655	300.701	-3.102.204	302.074	-2.445.158	208.272	2.715.531	-1.564.129	-48.893	-1.613.022
	7	0	0	0	0	456.655	300.701	-3.102.204	302.074	5.172.063	208.272	6.053.093	-48.893	6.004.200	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											563.319	563.319		563.319
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											3.278.850	3.278.850	-48.893	6.567.519
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0
Realizações de prémios de emissão															0
Distribuições															0
Entradas para cobertura de perdas															0
Outras operações															0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	11=6+7+8+10	2.500.000	0	0	4.653	1.131.457	7.900.027	-6.863.286	7.645.485	8.320.595	208.272	563.319	21.410.523	1.124.944	22.535.467

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/Sede Social	Capital Detido	Capital Social
Oliver International. Srl. Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99,0%	1.000.000
Moldaveiro – Moldes. Lda. Lugar do Milão, Esgueira – Aveiro	83,0%	249.399
Soplasnor – Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.

2.1- Referencial contabilístico adoptado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adoptadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 - Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1 efectuou-se pelo método da integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica interesses minoritários.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3- Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2010, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os

activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor os activos não correntes foram classificados como detidos para venda, uma vez que os activos não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da possível alienação que se espera que venha a ocorrer em breve. Os activos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais.

Os edifícios e terrenos foram avaliados em 2010, pelo que o valor a recuperar expectável, como preço de venda, é o registado na contabilidade.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na Demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, e quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do activo, porque lhe é directamente atribuível. A Entidade considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

A taxa de capitalização utilizada no exercício foi a cobrada pelo banco que corresponde à Euribor a três meses adicionado de um spread de 1,5. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento. Já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para que este esteja disponível para venda;
- A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou venda se encontrem substancialmente concluídas;
- Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo dos activos.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objectiva de imparidade nos clientes, por isso foram reconhecidas na Demonstração de resultados.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para

reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A Empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O réditto de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção.

À data de fecho é efectuada a actualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), no apuramento da matéria colectável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos

activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor, e são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são actualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes activos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, participações nos lucros e gratificações.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4 – Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

EUR

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010	31.12.2009
Caixa	Numerário (eur)	3.677	3.560
	Numerário (outras moedas)	4.332	4.110
	Subtotais	8.008	7.670
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	2.558.674	505.958
	Outros depósitos bancários	50.000	170.000
	Subtotais	2.608.674	675.958
Outros equivalentes de caixa	Obrigações	15.000	5.000
	Subtotais	15.000	5.000
Totais		2.631.682	688.628

5 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

EUR

Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias		Período 2010				Período 2009					
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
			Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto				Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	Moldav eiro Moldes LDA	Portugal	83,0%	83,0%	MEP	919.997	Portugal	83,0%	83,0%	MEP	858.119
	Soplasnor - Sociedade de Plásticos do Norte, SA	Portugal	79,9%	79,9%	A)	6.857.400	Portugal	79,9%	79,9%	A)	1.858.100
	Oliveira International SRL	Itália	99,0%	99,0%	MEP	4.192.547	Itália	99,0%	99,0%	MEP	3.805.758
Totais						11.969.945					6.521.978

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

Nota: A) A Empresa mãe deixou de utilizar o MEP na subsidiária Soplasnor em virtude da perda ultrapassar o investimento, apenas relevou o empréstimo efectuado.

EUR

Remunerações aos Órgãos Sociais	Período 2010	Período 2009
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	563.177	353.292
Conselho de Administração - Soplasnor	0	0
Gerência - Moldav eiro - Moldes, Lda	48.561	71.366
Gerência - Oliveira International	119.500	120.400
Total	731.238	545.058

6 – Activos intangíveis

A divulgação dos activos intangíveis é a seguinte:

EUR

Quantias das amortizações de activos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados		Projectos de desenvolvimento		Programas de computador	Propriedade industrial					Totais
		Gerados internamente	Outros		Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Recetas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/rev. erções de depreciação e de amortização	211.463		6.259	1.026				36.159	254.907

7 – Activos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		10;20;50	4;6;10	4;6	3;5;8	3
Taxas de depreciação		10%;5%;2%	25%;16,6%;10%	25%;16,6%	33,3%;20%; 12,5%	33,3%
Métodos de depreciação		linha recta	linha recta	linha recta	linha recta	linha recta

MOLDAVEIRO, LDA

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		10;20;50	3;4;8;10	4;5;6	3;4;5;6;8;10	2;3;7
Taxas de depreciação		10%;5%;2%	33,3%;25%;12,5%;10%	25%;20%;16,6%	33,3%;25%;20%;16,6%;12,5%;10%	50%;33,3%;14,28%
Métodos de depreciação		linha recta	linha recta	linha recta	linha recta	linha recta

Oliver

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis			2,5;8;13	4;5	5;8	
Taxas de depreciação			40%;12,5%;7,5%	25%;20%	20%;12,5%	
Métodos de depreciação			linha recta	linha recta	linha recta	

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios, Out. construções Edifícios	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2009	Quantias brutas escrituradas	5.279.820	14.785.898	38.193.402	1.553.833	2.332.953	1.857.305	2.006.949	66.010.160
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		-4.904.483	-25.501.960	-1.153.088	-1.900.942	-1.620.600		-35.081.073
	Quantias líquidas escrituradas	5.279.820	9.881.415	12.691.442	400.745	432.011	236.705	2.006.949	30.929.088
Adições				204.891	101.432	37.027	12.040	1.154.015	1.509.404
Rev. alorizações									
Transferências			334.067	1.588.380		7.755	24.045	-1.466.507	487.739
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates				-148.016	-208.366	-6.945			-363.328
Outras alterações		0	-206.269	41.355	-109	56.449	-16.041	-98.879	-223.494
Depreciações			-437.389	-2.650.923	57.838	-147.534	-116.126		-3.294.135
Perdas por imparidade									
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	Quantias brutas escrituradas	5.279.820	14.913.696	39.880.012	1.446.790	2.427.238	1.877.349	1.595.577	67.420.482
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		-5.341.872	-28.152.883	-1.095.250	-2.048.475	-1.736.727		-38.375.207
	Quantias líquidas escrituradas	5.279.820	9.571.824	11.727.129	351.539	378.762	140.623	1.595.577	29.045.274
Adições		94.905	95.035	361.016	165.599	31.720	27.149	2.390.740	3.166.164
Rev. alorizações		5.180.327	3.311.787						8.492.114
Transferências			53.077	2.202.740				-2.759.566	-503.749
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda		-3.736.336	-3.499.539	-4.391.729	-20.618	-25.819	-22.629		-11.696.671
Alienações, sinistros e abates			-21.682	-2.100.052	-38.517	-37.506			-2.197.756
Outras alterações									
Depreciações			-622.677	-965.488	-127.830	-67.483	-72.317		-1.855.795
Perdas por imparidade									
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	6.818.715	14.852.373	35.951.987	1.553.254	2.395.633	1.881.869	1.226.751	64.680.583
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		-5.964.548	-29.118.371	-1.223.080	-2.115.959	-1.809.044		-40.231.002
	Quantias líquidas escrituradas	6.818.715	8.887.825	6.833.616	330.174	279.674	72.825	1.226.751	24.449.582

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

Activos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas	Período 2010	Período 2009
Datas de eficácia das rev. alorizações	Abril de 2010	-
Recurso a avaliador independente	L2i - Investimentos Imobiliários, Lda	-
Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens	Método Comparativo, Método Rendimento e Método do Custo de Reposição	-
Medida em que o justo valor dos itens foi determinado directamente por referência a preços observáveis num mercado activo	Média aritmética dos métodos referidos	-

SOPLASNOR, SA

Activos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas	Período 2010	Período 2009
Datas de eficácia das rev. alorizações	Abril de 2010	-
Recurso a avaliador independente	L2i - Investimentos Imobiliários, Lda	-
Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens	Método Comparativo, Método Rendimento e Método do Custo de Reposição	-
Medida em que o justo valor dos itens foi determinado directamente por referência a preços observáveis num mercado activo	Média aritmética dos métodos referidos	-

EUR

Excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Edifícios e outras construções		Totais
	Terrenos	Edifícios	
Em 01.01.2009		729.016	729.016
Constituição de excedentes por novas revalorizações			
Variações por reconhecimento e por reversão de perdas por imparidade			
Realização de excedentes pelo uso dos activos		-25.642	-25.642
Realização de excedentes pela retirada dos activos			
Realização de excedentes pela alienação dos activos			
Em 31.12.2009 (01.01.2010)		703.374	703.374
Constituição de excedentes por novas revalorizações	5.180.327	3.311.787	8.492.114
Variações por reconhecimento e por reversão de perdas por imparidade			
Realização de excedentes pelo uso dos activos		-874.892	-874.892
Realização de excedentes pela retirada dos activos			
Realização de excedentes pela alienação dos activos			
Em 31.12.2010	5.180.327	3.140.269	8.320.596

8 – Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

EUR

Activos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivamente quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Descrição	Valor Aquisição	Locações financeiras em vigor				Período 2010	Período 2009	
			Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	
					Começo	Fim			
Activos fixos tangíveis	OLI - Leasing 1	3 Prensas	438.500	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011	62.368	153.460
	OLI - Leasing 2	Audi A6	73.402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	38.291	52.737
	OLI - Leasing 3	VW Golf	19.767	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	8.626	13.492
	OLI - Leasing 4	Audi A4	33.329	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	16.588	24.713
	OLI - Leasing 5	VW Passat	30.846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013	17.895	25.327
	Subtotais		595.843					143.768	269.729
Activos fixos tangíveis	OLI - Leasing 6	Eq. Informático	175.000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	91.274	125.500
	OLI - Leasing 7	Eq. Industrial	52.246	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011	1.041	18.649
	OLI - Leasing 8	Eq. Industrial	310.630	BARCLAYS	CT 07.1.3114	12-11-2007	12-11-2010	0	85.098
	OLI - Leasing 9	Eq. Industrial	45.007	BARCLAYS	CT 07.1.3203	05-12-2007	05-12-2010	0	12.179
	Subtotais		582.883					92.315	241.426
Activos fixos tangíveis	OLI - Leasing 10	VW Golf	26.400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	23.236	
	OLI - Leasing 11	Eq. Industrial	205.700	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	147.092	
	Subtotais		232.100					170.328	
Activos fixos tangíveis	OLI - Leasing 12	Eq. Industrial	213.350	TOTTA LEASING	CT 160570	15-06-2006	15-06-2010		24.229
	OLI - Leasing 13	Eq. Electrónico	27.500	TOTTA LEASING	CT 160569	15-06-2006	15-06-2010		3.123
	OLI - Leasing 14	Eq. Industrial	113.000	TOTTA LEASING	CT 160567	15-06-2006	15-06-2010		12.833
	OLI - Leasing 15	Eq. Industrial	54.200	TOTTA LEASING	CT 160568	15-06-2006	15-06-2010		6.155
	Subtotais		408.050						46.340
Activos fixos tangíveis	OLI - Leasing 16	Eq. Industrial	29.150	BCP Leasing	CT 36036	07-12-2005	07-12-2010		5.254
	Subtotais		29.150						5.254
Totais							406.411	562.750	

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

70

SOPLASNOR, SA

EUR

Activos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Descrição	Valor Aquisição	Locações financeiras em vigor			Período 2010	Período 2009			
				Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação			Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	
						Começo					Fim
Activos fixos tangíveis	SPL - Leasing 1	Eq. Industrial	480.000	CGD LEASING	CT 332708	20-07-2007	20-07-2012	155.516	254.612		
	Subtotais		480.000						155.516	254.612	
Activos fixos tangíveis	SPL - Leasing 2	Empilhador	20.000	TOTTA LEASING	CT 173476	15-01-2008	15-01-2013	8.525	12.521		
	SPL - Leasing 3	Eq. Industrial	190.000	TOTTA LEASING	CT 169424	15-07-2007	15-12-2010		100.797		
	Subtotais		210.000						8.525	113.317	
Totais							164.042	367.929			

MOLDAVEIRO, LDA

EUR

Activos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Descrição	Valor Aquisição	Locações financeiras em vigor			Período 2010	Período 2009			
				Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação			Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	
						Começo					Fim
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing 1	Fresadora	200.000	CGD LEASING	CT 316051	20-12-2005	20-12-2010		43.006		
	MO - Leasing 2	Audi A3	33.897	CGD LEASING	CT 327620	20-03-2007	20-03-2011	2.161	10.974		
	Subtotais		200.000						2.161	53.980	
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing 3	Eq. Industrial	70.000	BPI LEASING	CT 10015428	15-02-2007	15-02-2011	1.193	19.583		
	Subtotais		70.000						1.193	19.583	
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing 4	Mitsubishi	17.301	BCP LEASING	CT 400038486	07-01-2006	07-01-2010		3.288		
	Subtotais		157.301							3.288	
Totais							3.354	76.851			

OLIVER INTERNATIONAL, SRL

EUR

Activos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Descrição	Valor Aquisição	Locações financeiras em vigor			Período 2010	Período 2009			
				Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação			Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados	
						Começo					Fim
Activos fixos tangíveis	OLINT - Leasing 1	Edifício	4.724.547	LEASINT, SPA	CT 221888/00471490	07-02-2000	01-10-2012	1.158.906	1.554.234		
	Subtotais		4.724.547						1.158.906	1.554.234	
Totais							1.158.906	1.554.234			

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

EUR

Locações financeiras em vigor		Locações financeiras em vigor				Investimentos brutos nas locações à data do balanço			
		Locatário	Identificação do contrato	Prazo da locação		Até 1 ano	Mais de 1 ano	Totais	
				Começo	Fim				
Período 2010	OLI - Leasing 1	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011	62.368	0	62.368	
	OLI - Leasing 2	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	14.500	23.791	38.291	
	OLI - Leasing 3	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	4.900	3.726	8.626	
	OLI - Leasing 4	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	8.200	8.388	16.588	
	OLI - Leasing 5	CGD LEASING	CT 349341	20-04-2009	20-04-2013	7.500	10.395	17.895	
	OLI - Leasing 6	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	35.000	56.274	91.274	
	OLI - Leasing 7	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011	1.041	0	1.041	
	OLI - Leasing 10	BBVA	CT 153.93708	21-06-2010	21-06-2014	5.200	18.036	23.236	
OLI - Leasing 11	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	55.000	92.092	147.092		
Totais						193.709	212.702	406.411	
Período 2009	OLI - Leasing 1	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011	91.092	62.368	153.460	
	OLI - Leasing 2	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	14.446	38.291	52.737	
	OLI - Leasing 3	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	4.866	8.626	13.492	
	OLI - Leasing 4	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	8.126	16.588	24.713	
	OLI - Leasing 5	CGD LEASING	CT 349341	20-04-2009	20-04-2013	7.432	17.895	25.327	
	OLI - Leasing 6	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	34.226	91.274	125.500	
	OLI - Leasing 7	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011	17.609	1.041	18.649	
	OLI - Leasing 8	BARCLAYS	CT 07.1.3114	12-11-2007	12-11-2010	85.098	0	85.098	
	OLI - Leasing 9	BARCLAYS	CT 07.1.3203	05-12-2007	05-12-2010	12.179	0	12.179	
	OLI - Leasing 12	TOTTA LEASING	CT 160570	15-06-2006	15-06-2010	24.229	0	24.229	
	OLI - Leasing 13	TOTTA LEASING	CT 160569	15-06-2006	15-06-2010	3.123	0	3.123	
	OLI - Leasing 14	TOTTA LEASING	CT 160567	15-06-2006	15-06-2010	12.833	0	12.833	
	OLI - Leasing 15	TOTTA LEASING	CT 160568	15-06-2006	15-06-2010	6.155	0	6.155	
	OLI - Leasing 16	BCP Leasing	CT 36036	07-12-2005	07-12-2010	5.254	0	5.254	
	Totais						326.667	236.083	562.750

SOPLASNOR, SA

EUR

Locações financeiras em vigor		Locações financeiras em vigor				Investimentos brutos nas locações à data do balanço		
		Locatário	Identificação do contrato	Prazo da locação		Até 1 ano	Mais de 1 ano	Totais
				Começo	Fim			
Período 2010	SPL - Leasing 1	CGD LEASING	CT 332708	20-07-2007	20-07-2012	104.000	51.516	155.516
	SPL - Leasing 2	TOTTA LEASING	CT 173476	15-01-2008	15-01-2013	4.250	4.275	8.525
Totais						108.250	55.792	164.042
Período 2009	SPL - Leasing 1	CGD LEASING	CT 332708	20-07-2007	20-07-2012	97.272	157.340	254.612
	SPL - Leasing 2	TOTTA LEASING	CT 173476	15-01-2008	15-01-2013	3.995	8.525	12.521
	SPL - Leasing 3	TOTTA LEASING	CT 169424	15-07-2007	15-12-2010	100.797	0	100.797
Totais						202.064	165.865	367.929

MOLDAVEIRO, LDA

EUR

Locações financeiras em vigor		Locações financeiras em vigor				Investimentos brutos nas locações à data do balanço		
		Locatário	Identificação do contrato	Prazo da locação		Até 1 ano	Mais de 1 ano	Totais
				Começo	Fim			
Período 2010	MO - Leasing 2	CGD LEASING	CT 327620	20-03-2007	20-03-2011	2.161		2.161
	MO - Leasing 3	BPI LEASING	CT 10015428	15-02-2007	15-02-2011	1.193		1.193
	Totais						3.354	3.354
Período 2009	MO - Leasing 1	CGD LEASING	CT 316051	20-12-2005	20-12-2010	43.006		43.006
	MO - Leasing 2	CGD LEASING	CT 327620	20-03-2007	20-03-2011	8.814	2.161	10.974
	MO - Leasing 3	BPI LEASING	CT 10015428	15-02-2007	15-02-2011	18.389	1.193	19.583
	MO - Leasing 4	BCP LEASING	CT 400038486	07-01-2006	07-01-2010	3.288		3.288
Totais						73.497	3.354	76.851

OLIVER INTERNATIONAL, SRL

EUR

Locações financeiras em vigor		Locações financeiras em vigor				Investimentos brutos nas locações à data do balanço		
		Locatário	Identificação do contrato	Prazo da locação		Até 1 ano	Mais de 1 ano	Totais
				Começo	Fim			
Período 2010	OLINT - Leasing 1	LEASINT, SPA	CT 221888/00471490	07-02-2000	01-10-2012	375.836	783.070	1.158.906
	Totais					375.836	783.070	1.158.906
Período 2009	OLINT - Leasing 1	LEASINT, SPA	CT 221888/00471490	07-02-2000	01-10-2012	395.328	1.158.906	1.554.234
	Totais					395.328	1.158.906	1.554.234

9 – Custos de empréstimos obtidos

O empréstimo capitalizado é o seguinte:

EUR

Quantias de custos de empréstimos obtidos capitalizadas durante o período		Período 2010	Período 2009	Períodos anteriores	Totais
Empréstimo MLP	Fomento à Construção	35.035	23.677	220.102	278.814
Totais		35.035	23.677	220.102	278.814

EUR

Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização	Período 2010		Período 2009	
	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos
Empréstimo MLP	1.092.611	2,3%	1.662.500	2,7%
Taxa de capitalização (média ponderada)	1.092.611	2,3%	1.662.500	2,7%

EUR

Tipo de Financiamento	31.12.2010			31.12.2009		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Caucionada	73.712		73.712	6.003.838		6.003.838
Programa de Papel Comercial	4.450.000	4.700.000	9.150.000	3.750.000	10.250.000	14.000.000
Médio e Longo Prazo	1.443.146	12.924.297	14.367.443	2.410.256	5.482.239	7.892.495
Leasing	264.368	311.460	575.828	770.779	236.751	1.007.530
Desconto de letras	169.249		169.249	80.114		80.114
Totais	6.400.474	17.935.757	24.336.231	13.014.986	15.968.990	28.983.976

10 – Imparidade de activos

EUR

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período		Inventários	Cientes	Totais	
Período 2010	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	242.179	198.230	440.409
		Reversões			
		Totais	242.179	198.230	440.409
Período 2010	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos			
		Reversões			
		Totais			
Período 2009	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos		1.358.869	1.358.869
		Reversões			
		Totais		1.358.869	1.358.869
Período 2009	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos			
		Reversões			
		Totais			

11 – Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	1.922.201	-7.320	1.914.881	3.036.622		3.036.622
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.321.806	-116.277	2.205.529	3.342.573	-57.362	3.285.212
Produtos acabados, intermédios e em curso	2.229.570	-196.334	2.033.237	2.076.880	-20.390	2.056.490
Totais	6.473.577	-319.931	6.153.646	8.456.076	-77.752	8.378.324
Apartamentos acabados	3.440.023		3.440.023			
Apartamentos em curso				5.130.859		5.130.859
Totais	9.913.600	-319.931	9.593.669	13.586.934	-77.752	13.509.183

12 – Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos por naturezas e actividades:

EUR

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2010			Período 2009	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens					
- actividade industrial	38.716.809	84,3%	22%	31.606.461	78,9%
- actividade comercial	11.568.216	25,2%	-36%	17.987.097	44,9%
- actividade imobiliária	1.812.500	3,9%			
	52.097.525	99,7%	5%	49.593.558	99,9%
Prestação de serviços	8.217	0,0%	-56%	18.676	0,0%
Juros	160.245	0,3%	266%	43.747	0,1%
Totais	52.265.987	100,0%	5%	49.655.981	100,0%

13 – Outros rendimentos e Ganhos

EUR

Rubrica	Total	
	2010	2009
Rendimentos Suplementares	532.628	640.039
Descontos de pronto pagamento obtidos	12.927	8.579
Ganhos em Inventários	2.520	0
Rendimentos e Ganhos nos restantes Activos Financeiros	14.439	29.699
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	949.714	108.816
Outros	519.628	220.672
Juros Obtidos	159.377	67.312
Outros Rendimentos Similares	867	0
TOTAL OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.192.100	1.075.117

14 – Subsídios do Governo e apoios do governo

Relação dos subsídios do Governo obtidos, relevados nas demonstrações financeiras:

EUR

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	IAPMEI	SINDEPEDIP	IAPMEI	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	12-12-2006	31-12-2000	133.183		133.183
		ICEP	SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2005	1.005.497		1.005.497
	Subtotais								1.138.680		1.138.680
	...										
Subsídios à exploração	...										
	Subtotais										
Reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	IAPMEI	SINDEPEDIP	IAPMEI	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	12-12-2006	31-12-2000	1.631.982		1.631.982
		ICEP	SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2.012.215		2.012.215
	Subtotais								3.644.197		3.644.197
Totais								4.782.877		4.782.877	

EUR

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2010					Período 2009				
			Demonstração dos resultados			Balanço		Demonstração dos resultados			Balanço	
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	IAPMEI		2.553				226	2.553			
		ICEP		42.162	208.272			44.758	250.433			
Subtotais			44.715	208.272			44.984	252.986				
Subsídios relacionados com resultados	...											
	Subtotais											
Reembolsáveis	...											
	Subtotais											
Totais				44.715	208.272			44.984	252.986			

15 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EUR

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas		Período 2010	Período 2009
Actividade operacional	Negativas	21.020	22.739
	Positivas	10.611	3.312
Totais		-10.409	-19.427

16 – Impostos sobre o rendimento

EUR

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos		Período 2010		Período 2009			
		Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais		
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1	145.427	145.427	-30.624	-30.624	
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	-655.698	-655.698	-473.561	-473.561	
	Gastos / rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		52.918	52.918	26.945	26.945
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas em períodos anteriores		-430		-527	
		Imposto diferido	3	52.918	52.918	26.945	26.945
Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	-603.210	-603.210	-447.143	-447.143	
Totais		5 = 1 + 4	-457.783	-457.783	-477.767	-477.767	

17 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos de dívida, para cobertura de risco são os que se seguem:

EUR

Contabilidade da cobertura por cada natureza do risco que esteja a ser coberto		31.12.2010			31.12.2009		
		Instrumentos de cobertura			Instrumentos de cobertura		
		Valor Nominal	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nominal	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 1	5.000.000	3,60%	-216.203	5.000.000	3,60%	-291.084
	Contrato SWAP 2	2.500.000	3,75%	-135.647	2.500.000	3,75%	-150.555
	Contrato SWAP 3	3.750.000	3,35%	-43.624	3.750.000	3,35%	-114.497
	Contrato SWAP 4	-			750.000	3,86%	-23.450
	Contrato SWAP 5	-			1.500.000	4,10%	-21.639
	Contrato SWAP 6	-			68.858	3,94%	-1.673
	Contrato SWAP 7	1.500.000	4,53%	-75.390	1.500.000	4,53%	-101.938
	Contrato SWAP 8	62.500	4,29%	-509	312.500	4,29%	-7.659
	Contrato SWAP 9	5.000.000	5,15%	-473.451	5.000.000	5,15%	-530.808
	Contrato SWAP 10	2.000.000	4,10%	-58.205	2.000.000	4,10%	-92.588
	Contrato SWAP 11	2.000.000	3,48%	-46.070	2.000.000	3,48%	-68.683
Total		21.812.500		-1.049.099	24.381.358		-1.404.576

Os valores de terceiros estão detalhados como se segue

EUR

Rubrica	Total	
	31.12.2010	31.12.2009
Clientes	13.620.660	18.029.534
Fornecedores	8.922.085	10.410.258
Pessoal	113.629	233.841
Outras contas a receber	2.466.916	745.598
Outras contas a pagar	2.831.810	2.189.484

18 - Outros gastos e perdas

EUR

Rubrica	Total	
	2010	2009
Impostos	128.328	184.979
Descontos de pronto pagamento concedidos	281.979	302.585
Dívidas Incobráveis	1.037	80.096
Perdas em Inventários	370.819	8.221
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros	0	690
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	2.109.038	204
Outros	579.426	733.957
Outros não especificados	0	145
TOTAL OUTROS GASTOS E PERDAS	3.470.628	1.310.878

19 – Juros e gastos similares suportados

EUR

Rubrica	Total	
	2010	2009
Juros Suportados	2.008.832	2.205.392
TOTAL JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	2.008.832	2.205.392

20 – Divulgações exigidas por diplomas legais

EUR

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	2010			2009		
	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	22.413		22.413	24.720		24.720
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços	363		363	360		360
Totais	22.776		22.776	25.080		25.080

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

VII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas elaborado pelo Conselho de Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, procedemos ainda à análise das Certificações Legais das Contas e dos Relatórios Anuais elaborados pelos Revisores Oficiais de Contas das sociedades incluídas na Consolidação e da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Fiscalização da Consolidação que nos foi facultado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da sociedade, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância se dão aqui como integralmente reproduzidos.
3. Em face do exposto acima somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

O Relatório Consolidado de Gestão bem como as Contas Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Aveiro, 21 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL



Dr. António Maria Antas Teles

- **PRESIDENTE**



Engº José Luís Azevedo Cacho

- **VOGAL**



José Augusto Nadais de Sousa (ROC nº. 525)

- **VOGAL E ROC**

VIII. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

MOREIRA & NADAIS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º. 202
Contribuinte n.º. 507 707 192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 60.872.143 euros e um total de capital próprio de 22.535.467 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 563.319 euros), a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada do conjunto das Empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - (ii) a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



PORTO: Praça Mouzinho de Albuquerque, 139, 2.º. Drº. 4100 - 360 Porto | tel.: 22 606 23 79 | fax: 22 609 88 43 | e-mail: nadais@revisores.com
BRAGA: Rua de Santa Margarida, 2A - 1.º. Esq. - Salas 2/3, 4710 - 306 Braga | tel./fax: 253 682 166 | e-mail: artur.moreira@revisores.com

- (iii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; e,
 - (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o aumento do activo e do capital próprio no montante líquido de 6.901.561 euros, resultante da reavaliação de terrenos e edifícios de Empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Porto, 21 de Abril de 2011

MOREIRA & NADAIS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
Representada por



José Augusto Nadais de Sousa, ROC nº. 525